

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA – PPGTU**

MARCO ANTONIO MARIANO

**HORTAS URBANAS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO:
um estudo em Curitiba/PR**

**CURITIBA
2023**

MARCO ANTONIO MARIANO

HORTAS URBANAS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO:
um estudo em Curitiba/PR

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Urbana, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana - PPGTU, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Ultramari

Coorientação: Prof. Dr. Altair Rosa

CURITIBA
2023

A todos os que lutam por um mundo
mais justo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao pai que me acolheu. Sempre me incentivaram e permitiram que eu chegasse até aqui.

À minha esposa, que me apoiou nos bons e maus momentos e à sua família, que me acolheu de braços abertos.

À minha avó, essa presença onipresente na minha infância a quem certamente devo muito do que hoje sou.

Aos meus amigos: os acadêmicos, que me ajudaram a perceber que as dificuldades não são só minhas e que o caminho é mais simples quando encarado em grupo e aos não acadêmicos, cuja presença me ensinou que a minha vida é mais que a atividade acadêmica, me permitindo construir uma relação um pouco mais saudável com meu trabalho e comigo mesmo.

Aos meus orientadores, que persistiram em me incentivar e guiar através deste momento.

A todos que contribuíram de alguma forma com esta pesquisa, através de sugestões, sendo fontes e principalmente: às pessoas que tornam a agricultura urbana uma realidade.

*“Aquí estamos, siempre estamos, no
nos fuimos, no nos vamos”*

Residente e Ibeyi

RESUMO

Esta é uma dissertação sobre o que se denomina Insurgências Urbanas, no contexto de um novo modo de pensar a cidade frente ao seu planejamento tradicional, frente a modelos importados e a uma necessidade de ainda maior envolvimento comunitário. Como uma das facetas possíveis de tais insurgências, torna-se o caso da permacultura urbana como objeto de estudo para essa dissertação. Para tanto, desenvolve uma discussão teórica e um estudo de caso na cidade de Curitiba, Paraná. Desde que formalizadas como conceito - marco temporal numa prática que possui história anterior - as iniciativas de permacultura urbana demonstraram potencial além da produção de alimentos e segurança alimentar. Essas práticas levam a efeitos documentados de melhoria ambiental, construção de laços sociais e melhoria do espaço urbano, principalmente de vazios e “sobras” do planejamento. Para total efetividade, porém, estas práticas necessitam ser elevadas à categoria de política pública. Essas políticas existem em algumas cidades brasileiras e seus casos foram analisados de forma a documentar as experiências e tentar extrair delas informações importantes para iniciativas futuras. A análise dos casos selecionados para essa dissertação demonstra a concretização de um potencial hipotético, ao menos parcialmente, de transformação de parcelas da população de menor renda. Ao mesmo tempo, indica que maiores investimentos em políticas públicas neste sentido poderiam ampliar os resultados e transformar a permacultura urbana em alternativa viável para alimentação de populações urbanas e para requalificação de paisagem em áreas degradadas ou colaterais ao planejamento urbano formal.

Palavras-chave: Insurgência urbana; Sul global; Permacultura urbana; Curitiba.

ABSTRACT

This is a dissertation about so called Urban Insurgences, in the context of a new way of thinking the city in opposition to traditional planning, to imported models and an even bigger necessity of community participation. As one of many possible manifestations of urban insurgences, urban permaculture is the object of this dissertation. Towards that, a theoretical discussion and a case study in Curitiba, Paraná are developed. Since its inception as a formal concept – temporal landmark in a practice that does have a preceding history – initiatives in urban permaculture have demonstrated a potential beyond food production and nutritional safety. These practices lead to documented effects of environmental upgrade, creation of social bonds and urban landscape upgrading, especially in empty and residual spaces of formal urban planning. But to be totally effective, these practices need to become policies. These policies exist in some Brazilian cities and their cases were analyzed, to try and document their experiences and extract key information to be implemented in future initiatives. Analysis of selected cases shows realization of hypothetical potential, at least partially, of transformation of lower income populations. Simultaneously, it indicates that investment in related public policies could amplify results and transform urban permaculture into a viable alternative to feed urban populations and to improve degraded or residual areas resulting of formal urban planning.

Key words: Urban Insurgency; Global South; Permaculture; Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplos de permacultura urbana no Brasil	39
Figura 2 - Gestão/Organização	43
Figura 3 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte	44
Figura 3 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte	44
Figura 4 - Característica da área	45
Figura 5 – Formalidade	46
Figura 6 - Capacitação	47
Figura 7 - Assistência técnica.....	47
Figura 8 - Objetivos (nuvem de palavras)	48
Figura 9 - Elaborada pelo autor com base em relatório do IPPUC e Google Maps. Em azul, hortas particulares. Em verde, hortas públicas.	53
Figura 10 - Localização dos casos selecionados na região sul de Curitiba ...	56
Figura 11 – Bairro Tatuquara, inserção das hortas na faixa de servidão de linha de alta tensão.....	60
Figura 12 – Bairro Tatuquara, torre de alta tensão, com uso abaixo	61
Figura 13 – Bairro Tatuquara, constituição física dos canteiros.....	62
Figura 14 – Bairro Tatuquara, horta incorporando lote particular.....	63
Figura 15 – Bairro Tatuquara, produção em canteiros.....	64
Figura 16 – Bairro Tatuquara, produção em canteiros.....	65
Figura 17 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte ..	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de Insurgências Urbanas	23
Quadro 2 – Dificuldades Relatadas.....	38
Quadro 3 - Hortas Particulares em Curitiba, distribuição por bairros.	51
Quadro 4 - Hortas públicas em Curitiba, distribuição por bairros.....	52
Quadro 5 – Hortas públicas e privadas em Curitiba, distribuídas por regional.	54
Quadro 6 - Horta da Dona Sebastiana	80
Quadro 7 - Agro Favela-Refazenda	80
Quadro 8 - Horta Popular Criando Esperança	81
Quadro 9 - Parque Sitiê.....	81
Quadro 10 - Horta General Glicério.....	82
Quadro 11 - Horta 416 Norte.....	82
Quadro 12 - Horta 713 Norte.....	83
Quadro 13 - Horta 312 Norte.....	83
Quadro 14 - Horta 206 Norte.....	83
Quadro 15 - Horta 606 Norte.....	84
Quadro 16 - Horta 708 Sul	84
Quadro 17 - Horta 114 Sul	85
Quadro 18 - Salvador	85
Quadro 19 - Horta Comunitária Jardim Castanheiras	86
Quadro 20 - Horta Esperança	87
Quadro 21 - Horta Comunitária do Pompeia	87
Quadro 22 - CEVAE Morro das Pedras.....	87
Quadro 23 - CEVAE Capitão Eduardo	88
Quadro 24 - CEVAE Coqueiros.....	88
Quadro 25 - Horta Comunitária do Esperança	89
Quadro 26 - Agrofloresta do Brejinho.....	89
Quadro 27 - CEVAE Serra Verde.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Proteção Permanente

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

GEFAU – Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

KBUD – Knowledge Based Urban Development

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

SMAB – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.2. OBJETIVOS	15
1.3. MÉTODO E ESTRUTURA DA PESQUISA	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1. INSURGÊNCIAS URBANAS	18
2.2. ACUPUNTURA URBANA	25
2.3. PERMACULTURA URBANA	26
2.4. SÍNTESE	34
3. HORTAS URBANAS NO BRASIL	36
3.1. GEOGRAFIA DAS HORTAS URBANAS NO BRASIL	36
3.2. CASOS DE PERMACULTURA URBANA SELECIONADOS NO BRASIL	40
4. PERMACULTURA EM CURITIBA	50
4.1. CENÁRIO DA PERMACULTURA EM CURITIBA	50
4.2. CURITIBA: HORTAS URBANAS SELECIONADAS	56
4.3. CONCLUSÕES SOBRE CURITIBA	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no contexto da prática decolonial de produção do conhecimento, que busca o empoderamento de epistemologias particulares em detrimento de interpretações universalistas dos fenômenos sociais. Conectam-se assim as teorias decoloniais, com, as práticas existentes na cidade e com a disciplina do planejamento urbano.

Este trabalho parte do entendimento de que existem problemas de escala local que não são contemplados pelo planejamento urbano, que se ocupa predominantemente de grande escala. Essas deficiências são percebidas, no contexto dessa pesquisa, a partir da existência de vazios urbanos com potencial de utilização comunitária que não são incluídos no planejamento de grande escala. Essa não é a única faceta desse fenômeno, que pode também, por exemplo, se manifestar na forma de “desertos urbanos” de necessidades específicas como transporte público, alimentação, comércio, lazer etc. O fio condutor deste trabalho é a aplicação de soluções locais para problemas locais. Sendo assim, a pergunta geral de pesquisa é: qual o potencial da participação popular – demonstrada aqui na forma de uma insurgência urbana – na identificação de problemas e criação de soluções?

Mais especificamente, o fenômeno de permacultura urbana é comparado em duas de suas possibilidades de existência: enquanto insurgência urbana, fenômeno espontâneo que empodera populações para resolverem seus próprios problemas e cria espaço para debater entendimentos consolidados sobre o espaço urbano e enquanto política pública, em que os fenômenos de permacultura são rigidamente controlados pelo poder público, aplicando conhecimento técnico (e tecnocentrista) baseado em visão eurocêntrica com finalidade de atingir métricas e resultados de produção.

Essas duas existências, embora opostas, frequentemente são subsequentes: fenômenos que se iniciam de forma espontânea e insurgente acabam sendo apropriados pelo poder público e transformados em manifestações de uma política pública.

Não há o objetivo de argumentar em favor de um dos modelos, apenas de expor suas possibilidades e limitações: enquanto a permacultura como política pública possibilita, de fato, resultados mais expressivos no sentido de produtividade e beneficiários, as insurgências mostram sua potencialidade enquanto demonstrações

de formas de organização social alternativas, de uma relação diferenciada com a alimentação e com o espaço, que podem ser utilizadas como exemplo de alternativas à lógica cartesiana e eurocêntrica do planejamento urbano formalizado, que caracteriza as populações onde esse tipo de fenômeno comumente surge a partir de suas “faltas” e tenta, através da imposição do planejamento urbano formal de cima para baixo, achatar as características dos diferentes espaços urbanos.

É possível observar, portanto, que cada um dos tipos de fenômeno possui vantagens e desvantagens. Nesta pesquisa, os entendimentos alternativos e a construção coletiva do espaço e da paisagem, partindo de um pensamento que busca desconstruir entendimentos eurocêntricos através da aplicação decolonial, é desejável, mas os casos analisados no estudo quantitativo são predominantemente os formalizados, que, devido à sua característica, possuem maior disponibilidade de dados. É importante, porém, notar o viés destes dados, compilados em maioria pelo poder público ou através de trabalhos acadêmicos que não necessariamente subescrevem à visão decolonial e podem, inadvertida ou propositalmente, reproduzir discursos de desenvolvimento compulsório, conceito que será abordado no referencial teórico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1.1. PROBLEMATIZAÇÃO

As interpretações universalistas, elevadas a *status* de verdades axiológicas, são produtos da cosmologia europeia e seus processos históricos de dominação e expansão que acabaram por colocar a civilização europeia num lugar de modelo a que os outros são comparados e definidos a partir de suas faltas. A Europa é, então, autodeclarada detentora de um lugar de emissora do Conhecimento e estabelece a Academia baseada na cosmologia ocidental como lugar da Verdade, que cria um “sujeito atópico”, capaz, nesta cosmologia, de alcançar e praticar um discurso de conhecimento Universal (BAO, 2020). Ainda segundo o mesmo autor:

Entre os resultados desse processo está o surgimento do imaginário de uma civilização europeia supostamente superior, avançada, na vanguarda da origem e da culminação do processo histórico em relação às demais civilizações presentes no planeta, numa arquitetura hierárquica generalizada de tempo-espaço e conhecimentos sem

precedentes na história: a primeira grande narrativa universal, onde a Europa é o início, o centro e a culminação da trajetória temporal. (2020)

Este "sujeito atópico" é uma impossibilidade marcante no âmbito das ciências sociais. A busca por uma pretensa objetividade se revela quase sempre infrutífera, pois aquele que pensa necessariamente está inserido de alguma forma no fenômeno que analisa (BAO, 2020). Seu lugar no mundo, a sua epistemologia são parte indissociável do conhecimento que produz, impossibilitando assim qualquer pretensão de universalização de um conhecimento.

No campo do planejamento urbano, essa pretensão universalista materializa-se por meio, mas não somente, da colonialidade. Estruturas de poder e conceitos qualitativos são importados (ou ainda, forçados) da matriz europeia, que acabou por padronizar a forma de produzir o urbano desconsiderando características, necessidades e especificidades locais.

O eurocentrismo é uma categoria que implica na construção de discursos, saber e a construção de um 'outro' inferiorizado para que a Europa emergja como lócus de uma enunciação na aparência universal, atópica e verdadeira; portanto, enquanto a Europa se constitui como centro emissor da história, constitui o 'outro' subalternizado. (NOPES, 2013, p. 3)

Esta perspectiva é também a fonte do fenômeno da tecnocracia, que utiliza esse conhecimento universal (ou universalizado) para justificar decisões relativas à políticas e projetos urbanos a partir de uma perspectiva supostamente puramente técnica, desprovida de motivações políticas. Essa afirmação é debatida por Winner (1986) utilizando como exemplo pertinente a este contexto o plano urbano de Robert Moses para a cidade de Nova Iorque, que incluía uma série de viadutos em Long Island, todos com uma incomum altura de nove pés (aproximadamente 2,70m), abaixo do comum para este tipo de obra. Ora, muitos argumentos técnicos podem ser utilizados para justificar esta estranha característica, mas o que o autor debate é que os viadutos extraordinariamente baixos têm uma função (embora não primária) de restringir o acesso de certos veículos à área cujo perímetro eles demarcam. Notadamente, os viadutos impediam a passagem dos ônibus que estavam relacionados às populações negras e pobres cujo acesso ao parque deveria ser restrito. Isso indica uma aplicação não técnica, mas sim política da produção de espaço para restringir o acesso de uma população a uma área específica da cidade.

O debate subsequente é a (im)possibilidade de uma aplicação puramente técnica da produção de espaço.

A partir, portanto, de uma crítica a visões tecnocráticas, universalizantes e centralizadoras da capacidade decisória, esta pesquisa busca analisar qual o potencial de contribuição de organizações espontâneas da sociedade civil para solução de questões locais, que se revelam enquanto desobediência epistêmica (BAO, 2020) e prática decolonial, para a disciplina do planejamento urbano. Por exemplo, a identificação de problemas, tomada de decisões e o aumento da participação da população no planejamento, valorizando perspectivas locais de forma a questionar ou depender menos de referências internacionais que homogeneízam realidades do chamado Sul Global. De forma mais específica, o tema principal desta pesquisa – as hortas urbanas – são exemplos de iniciativas amplamente aplicadas em vários locais do mundo porém adaptadas ao local onde estão implantadas, feitas a partir da iniciativa ou do trabalho da comunidade e com suas especificidades. A característica específica ao local destes fenômenos traz um paralelo possível com as teorias decoloniais já estabelecidas.

De imediato: a temática da empiria, discutida nesta pesquisa, procura evidenciar – como objetivo secundário – a existência da prática de permacultura urbana enquanto fenômeno insurgente e, em oposição, enquanto fenômeno institucionalizado. Hortas Urbanas são, quando muito, iniciativas marginais de um planejamento e de uma gestão da cidade. Do mesmo modo, tomadas aqui como insurgências urbanas, as hortas urbanas podem aparecer como de iniciativa dos governos locais, ou por eles propostos; entretanto, são fundamentais as participações diretas da população.

1.2. OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa é entender o funcionamento das hortas urbanas, seu papel no planejamento urbano, sua contribuição para identificar interfaces entre a população e a gestão urbana formal e a oposição da prática de permacultura urbana enquanto fenômeno formalizado apoiado pelo poder público e enquanto prática espontânea insurgente. Os objetivos secundários são:

- a) Entender como as soluções alternativas à produção de alimentos, as hortas urbanas entendidas como insurgências urbanas e como parte da prática de permacultura urbana, são construídas e mantidas;
- b) Contribuir para o entendimento dos fenômenos urbanos caracterizados de forma ampla como insurgências urbanas, cuja existência é produto dos limites do planejamento e gestão urbana no contexto de cidades com restrição de recursos e grandes demandas por infraestrutura e serviços não atendidas;
- c) Demonstrar a existência da permacultura insurgente, espontânea e localizada e aquela já institucionalizada, que segue parâmetros de organização submetidos ao planejamento urbano formal, quais as limitações e potencialidades de cada um dos fenômenos, entendendo a permacultura insurgente como fenômeno decolonial e a permacultura formalizada como política pública.

1.3. MÉTODO E ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa está dividida em duas grandes seções: a fundamentação teórica e o estudo de caso. Neste capítulo, serão definidos os procedimentos metodológicos para cada uma das seções.

O capítulo de fundamentação teórica é uma discussão dos conceitos pertinentes para a matriz de análise do estudo de caso e é composta por quatro conceitos ou fenômenos principais: decolonialismo, insurgências urbanas, acupuntura urbana e permacultura urbana. Este capítulo consiste em descrição e recorte desses conceitos com base em literatura consagrada de cada uma das áreas específicas. Vale ressaltar que a matriz decolonial permeia análises e serve de direcionamento conceitual para este trabalho, porém como o objetivo desta pesquisa não é determinar o estado da arte do tema. O decolonialismo será abordado apenas brevemente como contextualização, não havendo a intenção de esgotar ou demonstrar todas as vertentes e possibilidades do conceito. Este capítulo é focado no entendimento da permacultura urbana enquanto fenômeno insurgente e espontaneamente organizado.

A seguir, há o primeiro capítulo empírico, dedicado à análise da aplicação do conceito que nos interessa mais particularmente no Brasil, partindo do estudo de casos de hortas urbanas cujas características estejam relatadas em trabalhos científicos. O critério de escolha foram casos existentes nas cinco maiores cidades

brasileiras, excetuando-se Fortaleza devido falta de dados e incluindo Belo Horizonte como substituta. Para sintetização, essa seção empírica a partir de dados secundários conta com mapas e quadros, tanto elaborados pelo autor deste trabalho quanto pré-existentes nos trabalhos citados. No total, foram compilados dados de 26 fenômenos de permacultura urbana. É importante destacar que no estudo empírico, por característica do método de obtenção dos dados, as hortas relatadas possuem característica mista de formalidade, sendo possível comparação entre os fenômenos insurgentes e os institucionalizados.

Os dados obtidos estão disponíveis no anexo 1 deste trabalho, sendo apresentados no corpo desta pesquisa apenas os resultados compilados, de forma a facilitar a compreensão e a discussão.

O capítulo seguinte, de estudos de caso, é a caracterização do estado da arte das hortas urbanas em Curitiba, a partir de obtenção de dados sobre legislação e políticas públicas pertinentes ao tema, além de informações gerais sobre as iniciativas existentes. Neste momento serão apresentados mapas e quadros que demonstram a situação atual das hortas urbanas no município, limitando o escopo às que são caracterizadas pela Prefeitura Municipal como “hortas comunitárias urbanas”.

Após este momento, três casos são apresentados, com dados quantitativos, caracterização física do espaço e outras informações pertinentes. Os casos foram escolhidos por caracterizarem elementos específicos dos fenômenos no município, como estar em faixa de servidão, por exemplo.

A seguir, um relato de campo traz informações qualitativas sobre fenômenos no bairro do Tatuquara, em Curitiba, cujo objetivo é o registro e entendimento da permacultura na escala micro. Este relato, apesar de não ser apresentado desta forma, é resultado de um exercício etnográfico que consistiu em visitas ao local da prática de permacultura aos finais de semana do mês de agosto de 2021. Através de conversas não estruturadas e observação do fenômeno in loco, foi possível compreender os detalhes e as organizações que não transparecem no relato oficial do poder público.

Por fim, uma discussão sobre as relações entre os casos encerra a seção.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são explorados os temas pertinentes para o entendimento da permacultura urbana enquanto fenômeno insurgente e sua posterior adoção enquanto política pública.

A primeira discussão é sobre o conceito de insurgências urbanas, sua definição geral à luz da matriz decolonial e o recorte feito para a discussão apresentada por esta pesquisa. A seguir, o tema é aprofundado através da conexão com o conceito de acupuntura urbana, a partir do entendimento que há uma intersecção entre os conceitos que pode caracterizar certos fenômenos urbanos, entendendo que, apesar da acupuntura urbana ter, em algum momento, tomado um caráter de planejamento urbano mais formal, a espontaneidade de um fenômeno pode ser caracterizada ao mesmo tempo como insurgência ou como acupuntura urbana.

Por fim, é apresentado o conceito de permacultura urbana, o cultivo de alimentos em território urbano, que é a caracterização da prática dos casos estudados. Essa discussão fomenta o último capítulo deste referencial teórico, que busca explorar o estado da arte da permacultura urbana no Brasil. Vale caracterizar que embora o objetivo dessa pesquisa não esteja diretamente ligado ao decolonialismo, o pensamento decolonialista orienta certas análises, principalmente no que diz respeito à modos de vida alternativos, decrescimento e desglobalização, aqui entendida como a adoção de epistemologias e soluções locais para problemas e questões locais, respeitando formas de vida tradicional e distanciando-se do padrão de vida imposto pela globalização.

2.1. INSURGÊNCIAS URBANAS

O decolonialismo surge como movimento de oposição ao movimento de globalização característico do capitalismo transnacional, que é visto como consequência do colonialismo europeu e como estado natural e imprescindível das sociedades, com a alternativa do subdesenvolvimento sendo vista como uma ameaça sempre à espreita.

Até o dia de hoje, o termo (desenvolvimento) é onipresente nos meios de comunicação, nas escolas e nas universidades, e costuma despertar associações positivas. O que ajuda o "desenvolvimento" de um território, de uma cidade, de uma população, deve ser bom. Opor-se ou pretender obstaculizar o "desenvolvimento" é visto como uma espécie de absurdo, algo sem sentido, um erro crasso. (LANG, 2016)

De fato, o arraigamento do conceito de desenvolvimento no imaginário coletivo do século XX como uma meta, implica na condição negativa do decrescimento, porém, ao analisarmos as relações de poder, a externalização dos custos, a destruição de comunidades, modos de vida e do ambiente natural, uma nova luz é lançada sobre o conceito:

A expansão econômica, que foi a condição do progresso social e do desenvolvimento nesse período (1945-1973), já não resiste a uma análise crítica. Esse crescimento, que de fato se concretizou nos países industrializados "desenvolvidos", envolveu uma minoria da população mundial, construiu-se sobre o desperdício e a espoliação insensata dos recursos naturais limitados, o acesso a energias fósseis baratas, a dependência de tecnologias assassinas e a fabricação de desigualdades e desequilíbrios mundiais que se revelaram insuportáveis e insustentáveis.(AZAM, 2019)

Antes de mais nada, o colonialismo, com a ideia da “civilização” como estágio final do desenvolvimento humano marcaram a constituição dos países latino-americanos, que em prol da implantação de um projeto de modernidade, invalidaram e subalternizaram saberes e populações locais, rotulando-as como não-civilizadas e, portanto, indignas ou incapazes de ocupar um território passível de exploração¹. Esse processo tem seu auge no extrativismo desenvolvimentista, que busca crescimento econômico através da exploração intensiva de recursos naturais, mas falha dentro da lógica capitalista, conforme analisado por Alberto Acosta, que expõe o baixo retorno social da atividade extrativista, empregando poucas pessoas, geralmente estrangeiras, utilizando tecnologia estrangeira e dessa forma tornando “irrisório o “valor interno de retorno” da atividade primário-exportadora”. (ACOSTA, 2016)

A pertinência do pensamento decolonialista no planejamento urbano dá-se a partir do entendimento de que a cidade, produto dessas relações de poder, é o espaço essencial de disputas por existência e que a partir delas, é possível pensar lógicas e modos de vida que não sejam baseados na dominação de um espaço e sua população por agentes externos (seja no binômio urbano-rural ou numa perspectiva global conforme discutido acima).

¹ “Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios. Agora querem fazer a mesma coisa na nossa terra.” (KOPENAWA e ALBERT, 2015)

Essas lógicas buscam a emancipação das populações de uma matriz de poder colonial que impõe formas de vida, a preservação dos recursos locais, a adoção de soluções adequadas para as condições e especificidades de cada espaço e sua população e uma nova forma de ver e pensar o urbano, não enquanto oposição ao rural/natural e suposto como um produto do racional, mas como um espaço democrático de criação e reprodução de cultura e qualidade de vida.

Uma manifestação possível destas disputas e de um planejamento urbano de escala mais local e possivelmente informal são as insurgências urbanas, que são aqui definidas como organizações da sociedade civil que surgem normalmente em áreas periféricas ou carentes de recursos, atuam em áreas como habitação e uso de espaços públicos e não dependem de estruturas governamentais, evitam organizações hierárquicas, advogam por causas minoritárias e dependem das mídias sociais para sua organização. Esses movimentos se contrapõem a soluções exógenas e determinadas hierarquicamente, tendo a finalidade de criar soluções locais para problemas locais.

Não há neste escopo a tentativa de caracterizar as insurgências urbanas como uma solução para todos os problemas, que são complexos demais para que pretenda-se solucioná-los de forma simples (ou simplista), mas sim de analisar as insurgências urbanas e seus atores como pessoas que empoderaram-se em relação aos seus próprios problemas e buscam resolvê-los dentro de suas possibilidades e de sua realidade, com sua própria epistemologia e que portanto podem ser analisadas enquanto agentes do pensamento decolonial.

Vários movimentos sociais se inscrevem na matriz do decrescimento sem necessariamente reivindicá-lo: redes Norte-Sul sobre a espoliação de recursos naturais; movimentos camponeses que rejeitam o produtivismo; movimentos pela abolição da dívida ecológica que obriga os países a exportar quantidades exageradas de produtos primários em detrimento de todo o equilíbrio ambiental; movimentos de recuperação da terra; movimentos dos bens comuns, de acesso à água, de justiça climática, de resistência a megaprojetos inúteis; movimentos pela descentralização energética, por cidades em transição, slow food, slow science, slow cities, low tech, circuitos curtos de consumo, desglobalização. (AZAM, 2019)

O decolonialismo, conforme demonstrado, é um enorme guarda-chuva em que uma miríade de perspectivas podem ser englobadas e contribuir para sua progressão, mesmo que este processo não aconteça de forma consciente ou deliberada, para o escopo desta pesquisa, o recorte feito é extremamente específico, pois a tentativa de trabalhar o conceito de decolonialismo como um todo é um empreendimento

impraticável e até contraproducente, conforme Azam, que diz que essas reflexões não podem ser elitizadas e excludentes, compreendendo apenas círculos de especialistas, mas que devem ser construídas a partir de relações sociais e experiências concretas (AZAM, 2019).

Existem outras matrizes pelas quais é possível analisar o fenômeno das insurgências urbanas, como por exemplo o KBUD (Knowledge Based Urban Development), que utiliza a sociedade civil como fonte de dados para a tomada de decisão estratégica em grandes projetos urbanos, porém o recorte também é necessário para manter o escopo da pesquisa.

A palavra “insurgência” pode, num primeiro momento, remeter aos grupos de resistência armada a invasões externas ou ao poder do estado, na forma de guerrilhas urbanas. Porém, no contexto deste trabalho, o entendimento de insurgências urbanas é o de grupos organizados para resolução de problemas ou insatisfações locais através de iniciativas e projetos específicos.

As insurgências urbanas, cuja origem pode ser traçada à falha do Estado – sendo em outros momentos uma escolha deliberada - enquanto hierarquia e força exógena de cumprir sua função organizadora e distribuidora de recursos e condições, têm como seu foco de atuação os problemas e/ou carências que atingem determinada comunidade, buscando solucioná-los utilizando as possibilidades e potencialidades ali encontradas. Paralelamente, a perspectiva decolonial tem em seu cerne a compreensão das especificidades dos modos de vida, culturas e necessidades de cada população e o respeito dessas especificidades num contexto global. Compartilham a ideia da emancipação e do empoderamento de populações colocadas à margem nas relações de poder em qualquer escala, desde a matriz Norte-Sul de organização da economia global, passando pela dominação urbano-rural em nível nacional, em que há uma contínua necessidade de expansão da fronteira agrícola para um campo que existe em função do abastecimento urbano, até as relações intra-urbanas, demonstradas na dicotomia centralidades-periferia, ou, em outro termo, cidade formal-cidade informal.

Casos concretos serão analisados, mas por ora será apresentado uma abordagem interessante para a caracterização deste fenômeno. Ananya Roy (2005) traz uma análise pertinente para o escopo dessa pesquisa, no conceito que chama de *Politics of Shit*. A autora relata que a partir dos anos 90, noções populistas baseadas na contraposição da capacidade moral do pobre, criando um binômio entre o pobre

que é um “empreendedor heroico”, agente de sua própria existência, que toma em suas mãos a possibilidade de mudar sua vida e o pobre “dependente”, cuja situação é resultado da falta de ética de trabalho. A autora descreve que esse binômio é a base das políticas urbanas, através do slogan “ajudar o pobre a se ajudar”, sendo a principal característica dessas políticas a melhoria – neste contexto poderia ser tratada como “formalização” – espacial, como meio de inserção dessa população no circuito econômico formal (o “melhorar de vida”). Porém a autora expõe que uma das consequências do que está sendo aqui tratado como formalização é o perigo de passarmos a inferir ordem funcional a partir da ordem visual no contexto urbano. Segundo a autora:

As limitações das melhorias urbanas são as limitações da ideologia do espaço. Em tais abordagens políticas, o que é redeseñado é o espaço, o ambiente construído e instalações físicas ao invés das capacidades ou formas de vida das pessoas. Eu argumentei em outro lugar que tal ênfase no ambiente físico é uma “estetização da pobreza”, que iguala melhoria de condições com melhoria estética, ao invés de melhoria nas condições de vida, renda e capacidades políticas.
(ROY, 2005, p.150)²

No contexto desta pesquisa, essa noção é pertinente pois o fenômeno de insurgência urbana pode ser identificado pela falha ou ausência do Estado, normalmente em áreas periféricas e carentes de recursos (característica não exclusiva, porém comum nos casos apresentados). Portanto é necessário cuidado para não cair na “estetização da pobreza”, na caracterização dos participantes desses fenômenos como “heróis empreendedores” ou “exemplos de superação”. O objetivo não é mostrar como a falha do Estado pode ser positiva – o Estado deve, a princípio, ser capaz de cumprir sua função organizadora – e fomentar a criatividade, mas sim documentar como comunidades que são caracterizadas e estereotipadas a partir de suas “faltas” (quando comparadas ao planejamento urbano formal) são na verdade agentes de seus próprios interesses e têm ampla compreensão da própria realidade.

Nascimento e Ultramari (2019) caracterizam insurgências urbanas a partir de sua “não centralidade, não hierarquia, como ativismos e alternativas e táticas de

² The limitations of urban upgrading are the limitations of the ideology of space. In such policy approaches, what is redeveloped is space, the built environment and physical amenities rather than people’s capacities or livelihoods. I have argued elsewhere that such an emphasis on the physical environment is an “aestheticization of poverty”, one that equates upgrading with aesthetic upgrading rather than the upgrading of livelihoods, wages, political capacities.

resistência aos processos socioespaciais vigentes.” Trazem também que essas práticas são “muitas vezes ignoradas política e cientificamente, e não reconhecidas como instrumentos de transformação social, devido à lógica dominante da globalização.”. Segundo os autores, as insurgências podem ser agrupadas em seis grandes conceitos, conforme quadro:

Quadro 1 - Conceitos de Insurgências Urbanas

Formatos	Ferramentas	Reivindicações	Local	Agentes
Temporário	Agrupamentos de pessoas	Política social Crítica ao status quo	Espaço público	Ativistas cidadãos
Inovador	Internet e redes sociais	Luta pela ética, moral e pelo social	Espaço público	Jovens
Alternativo	Ações criativas e improvisadas e originais Ações culturais	Luta pelo direito à cidade	Periferia	Jovens
Emergencial, horizontal, não hierarquizado	Ações culturais e festivais	Luta contra a cidade tradicional	Espaço público	Coletivos
Autônomo, colaborativo, urbanismo de base	Intervenções imediatas, discussões e ações táticas	Luta anticolonialista	Áreas centrais e periféricas	Cidadão
Táticas colaborativas	Microintervenções urbanas	Luta contra o sistema neoliberal	Cidade	Cidadão comum

Fonte: NASCIMENTO e ULTRAMARI, 2019

As hortas urbanas não se encaixam automaticamente em nenhuma das categorias apresentadas, podendo reivindicar todos os conceitos em diferentes momentos, dependendo de sua organização e objetivos. Por exemplo: a acupuntura urbana, a ser explorada no capítulo seguinte e possivelmente relacionado ao conceito de permacultura urbana, pode ser considerada uma tática colaborativa de microintervenção urbana. Ao mesmo tempo, hortas urbanas podem possuir reivindicação de luta anticolonialista devido ao seu caráter de subsistência. A luta contra a cidade tradicional e pelo direito à cidade pode se dar através da ocupação de espaços ociosos e da lógica mercadológica imposta à terra urbana. Essas características serão exploradas mais profundamente em momento posterior deste trabalho.

Os mesmos autores trazem também uma importante compilação das definições do conceito de insurgências urbanas. Neste caso específico, o mais interessante é o

de Mazivieiro e Rosa (2019), que trazem uma proposição de transversalidade da insurgência urbana ao planejamento urbano tradicional, tomando o cidadão “como elemento central na construção autônoma do urbano a partir do interesse coletivo e das práticas cotidianas, nas muitas formas em que são praticadas.”(2019, p. 1) Esse entendimento é aprofundado por Sandler (2018), que, denomina essas insurgências como “novos urbanismos de base”, que “operam a partir de intervenções imediatas, ações que se integram às preexistentes, propondo ações locais com limites determinados, em áreas centrais e periféricas das cidades. A autora analisa essas ações como formas participativas e solidárias, plenas de saberes interdisciplinares.” (NASCIMENTO e ULTRAMARI, 2019)

Evidencia-se, portanto, uma delimitação do entendimento de insurgência urbana no contexto deste trabalho. Em resumo, são grupos organizados de forma permanente ou temporária, com um objetivo em comum, normalmente relacionado ao próprio ambiente em que o grupo está inserido, que podem utilizar ferramentas digitais para sua organização (ou ser seu espaço de atuação) mas que possuem efeito concreto na realidade material. Buscam suprir deficiências específicas da qualidade de vida dos locais onde atuam e são também manifestações – conscientes ou não – de projetos de cidade e modos de vida desejados e alternativos.

Para as hortas urbanas, o conceito manifesta-se de forma especialmente forte na forma de organização dos seus participantes, independente do apoio do poder público. O efeito na realidade material é simples de ser observado, mas a manifestação reivindicatória pode ser uma faceta oculta das iniciativas, que não necessariamente reivindicarão para si descrições e objetivos como garantia de segurança alimentar ou discussões sobre relações de consumo e/ou relações ser humano/terra e alimentação.

Sobre o apoio do poder público, embora possa parecer contrassenso haver apoio público a uma “insurgência”, os fenômenos poderiam, com a finalidade de facilitar a compreensão, serem classificados como “insurgências fracas”, implicando a pergunta: senão contra o poder público, contra quem o fenômeno se insurge? A resposta pode vir na forma dos padrões de produção e consumo de alimentos, no modelo hegemônico de vida baseado na agricultura extensiva, numa ideia de *slow food* e *slow cities* e na discussão sobre o que são nossos parâmetros de desenvolvimento, retomando a discussão decolonial sobre o que é o bem viver. A partir disso, quais deveriam ser nossos parâmetros para considerar uma sociedade

desenvolvida, utilizando-se, por exemplo, de métricas relacionadas à manutenção da vida (como, mas não limitado à conservação dos recursos naturais) em oposição aos parâmetros econômicos como PIB que são atualmente adotados. É deste entendimento que surge a possibilidade de entender as ditas insurgências fracas como insurgências.

2.2. ACUPUNTURA URBANA

A acupuntura urbana, a despeito de ter uma origem não exatamente determinada, é um conceito encontrado – não exclusivamente - em texto do arquiteto e ex-prefeito de Curitiba – PR, Jaime Lerner em livro de mesmo nome (2003). A noção principal do livro consiste em pequenas intervenções urbanas projetadas e utilizadas estrategicamente para a solução de problemas localizados, em analogia com a acupuntura, prática medicinal em que a utilização de agulhas em pontos específicos tem o objetivo de aliviar mazelas aparentemente desconectadas do ponto de pressão atingido. Segundo Jaime Lerner:

Sabemos que o planejamento é um processo. Por melhor que seja, não consegue gerar transformações imediatas. Quase sempre é uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação. É o que chamo de uma boa acupuntura. Uma verdadeira acupuntura urbana. (LERNER, 2003)

O autor traz como exemplos do conceito o Parque Güell, em Barcelona, o Centre Pompidou, em Paris, Guggenheim Bilbao de Frank Gehry e a Ópera de Arame em Curitiba. Esses são projetos de grande escala, criados para motivar ocupação e turismo em áreas anteriormente degradadas, porém o conceito não se restringe à projetos de grande porte. Em artigo, Zanatta e Rombaldi (2021) apresentam intervenções artísticas no espaço público de Porto Alegre como formas de acupuntura urbana. Um interessante exemplo consistiu na instalação de blocos de pedra modelados como assentos numa rotatória, espaço cuja função primária é a organização de tráfego de veículos, normalmente hostil para pedestres. A instalação subverteu essa função, criando uma espécie de “sala de estar” no local.

Claro, este processo não é necessariamente positivo, sendo possível conectá-lo diretamente à discussão sobre gentrificação, principalmente nos grandes projetos. Um exemplo pertinente é o caso do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, em que uma parceria público-privada para reurbanização da região resultou no deslocamento da

comunidade que ali vivia, no que Mesentier e Moreira (2014) descrevem como “gentrificação que decorre de um processo de reestruturação coordenado”, em oposição aos processos descoordenados dos agentes do setor imobiliário. Esse conceito é também explorado por Harvey (2005, p.172), chamado de “novo empreendedorismo”, caracterizado principalmente pelo mecanismo da parceria público privada. O tema de grandes empreendimentos urbanos e a gentrificação é extenso e corrente e por ser tangente ao tema deste trabalho, não será profundamente explorado, porém é importante salientar ambas as formas que o conceito de acupuntura urbana pode ser entendido, a partir dos interesses específicos dos atores.

No contexto desse trabalho, a relação entre acupuntura urbana e permacultura urbana se dá a partir do entendimento de que é possível utilizar hortas urbanas não apenas como política pública de segurança alimentar, mas também como requalificador da paisagem que contorna o processo de gentrificação: as hortas são, via de regra, mantidas pelos membros da própria comunidade e, conforme explorado em conversas informais com pessoas que trabalham nesses locais, trazem segurança ao espaço, além de produzirem qualidade paisagística em áreas que poderiam estar abandonadas.

2.3. PERMACULTURA URBANA

Este item é um debate sobre a permacultura urbana e, principalmente, sobre suas consequências. Para o escopo dessa pesquisa, não é necessária uma ampla exploração do histórico do conceito, porém, para fins de contexto, o conceito foi criado por Bill Mollison e David Holmgren, respectivamente professor e estudante do curso de Design Ambiental na Universidade da Tasmânia, resultando na obra de título *Permaculture One – A Perennial Agriculture System for Human Settlements* (BORGES, 2018).

O título do trabalho já é esclarecedor sobre os princípios da permacultura, mas, segundo Mollison (1979, p. 1):

Talvez Fukuoka, em seu livro “A revolução de uma palha”, tenha melhor definido a filosofia básica da Permacultura. Em resumo, é uma filosofia de trabalhar com, e não contra a natureza; de observação prolongada e pensativa em vez de trabalho prolongado e impensado, e de olhar para plantas e animais em todas as suas funções, em vez de tratar qualquer área como um sistema único de um único produto.

Borges (2018, p.29) também traz que uma das preocupações chave da permacultura é a autossuficiência das comunidades e entende o projeto como inviável

sem seus elementos chave: terra, informação e recursos econômicos. Ló (2018) traz uma ampliação do conceito. Segundo o autor:

O termo permacultura objeta várias definições: é considerada uma filosofia, ética e práticas voltadas a produção e criação da qualidade de vida sem danos ambientais; é um sistema de planejamento ou design de propriedades, sendo elas urbanas ou rurais, sustentáveis e produtivas, visando estabelecer estratégias e caminhos para sistemas agrícolas saudáveis integrando moradia e produção de energia limpa, buscando garantir sustentabilidade tempo afora; um conjunto de técnicas para a produção de alimentos orgânicos e saudáveis livres de agrotóxicos ou transgênicos. Para além destas definições a permacultura é um movimento de empoderamento local, ativismo prático baseado em respeito, cooperação e na sustentabilidade das comunidades de modo geral (PAMPLONA, 2016, p. 9-10; LÓ, 2018, p. 7)

Demonstrando que a permacultura não apenas necessariamente é relacionada à produção de alimentos, mas à uma forma de organização de modos de vida contra hegemônicos, que, mesmo sem reivindicar o conceito, encaixam-se na matriz decolonial. Essas organizações partem de debates sobre degradação ambiental impostos pelo que é chamado por Brand et al (2021) de modo de vida imperial, conceito que consiste, de forma geral, no acesso a recursos naturais de outro lugar e na imposição de modos de vida e trabalho para satisfazer as necessidades de outrem, as populações dominantes no binômio colonizador-colonizado.

Muitos dos problemas que se agravam hoje se devem ao fato de que esse modo de vida continua a se perpetuar, mesmo à custa da autodestruição. Por sua própria natureza, ele implica o acesso desproporcional aos recursos naturais e humanos numa escala global - ou seja, em algum "outro lugar". Além disso, demanda que outros neguem a própria fatia da riqueza que lhes é de direito. Quanto menos esses "outros" estiverem dispostos a aceitar essa demanda, ou quanto mais se vejam, eles mesmos, dependentes do acesso a "outros lugares", a recursos externos e a sua imposição de custos, mais cedo o modo de vida imperial vai minar suas condições de existência. (BRAND et al, 2021)

Os autores descrevem também como este fenômeno acontece de forma análoga (as relações de produção capitalistas que consistem em alienação do trabalho também acontecem numa "microescala" das sociedades do Norte, através da dominação de classes) em países emergentes do Sul Global, que adotam o modo de vida típico do Norte como parâmetro de "boa vida", externalizando novamente os custos de sua existência para outras populações. Obviamente, essa progressão não faz sentido. Se o modo de vida depende sempre da externalização dos seus custos

para "outro" ou "outro lugar" e novas populações, por meio da influência midiática e ideológica colonizadora que impõe seu modo de vida, adotam esses parâmetros de consumo, novamente repetindo o padrão, as alternativas são duas: eventualmente, todas as populações estarão inseridas neste modo de vida, essencialmente insustentável pois depende de recursos limitados para promover um crescimento ilimitado, e portanto não haverá um "outro lugar" disponível para absorver estes custos, ou as desigualdades globais serão acentuadas, agravando crises ambientais e humanitárias. Este tema também é abordado por David Harvey, que as define como as três contradições perigosas do capitalismo: o crescimento exponencial infinito, a relação do capital com a natureza e a alienação universal. (HARVEY, 2016)

Apesar de existir um entendimento da permacultura enquanto movimento apolítico, buscando apenas um retorno ao natural, a rejeição ao modo de produção capitalista é uma base definidora do conceito. Segundo Holmgren (2007, p.5), “a aceitação covarde do crescimento econômico a qualquer custo e os poderosos interesses hoje vigentes por parte dos governos e do setor empresarial, que tendem a perder força com tal transição, deixam claro a natureza radical da agenda da Permacultura”. Em outro momento, o autor traz que:

A percepção da Permacultura como um fenômeno de estilo de vida contracultural, com encontros regulares, revistas especializadas e grupos locais proporcionou uma estrutura holística para a reorganização da vida e dos valores de uma minoria preparada para as mudanças de vida mais fundamentais. Isto tem sido assim para uma parte da juventude desiludida com a cultura juvenil conservadora de consumo do final do século XX. Para outros, a Permacultura trouxe uma mensagem de esperança nas lutas contra os males ambientais e sociais (...). Este aspecto subcultural ou contracultural da Permacultura tem facilitado a experimentação e a introdução de modelos de vida dirigidos por um imperativo ecológico (HOLMGREN, 2004, p.38)

Zuzana Turiničová, em artigo denominado Back to Local Food in Urban Environment (2014) expõe as características e resultados interessantes das permaculturas urbanas. Ela define este trabalho como uma pesquisa de “atividades que agem como contraponto ao sistema alimentar global, sociedade de consumo bipolar e estabelecimentos de fast food com alimentação doméstica e comida local”. O entendimento do sistema alimentar global como um subproduto ou subsistema da globalização é direto e a autora dedica parte da sua argumentação a essa relação:

O impacto da globalização suprime a diversidade étnica do país, o que também pode ser entendido em termos de problemas de pesquisa como muitos restaurantes estrangeiros, estabelecimentos de fast food,

venda de alimentos importados no comércio em detrimento dos nativos. (TURINIČOVÁ, 2014)

Portanto, a relação direta com o fio condutor do decolonialismo se delineia: as iniciativas que buscam a priorização da alimentação baseada em produtos e tradições locais surgem a partir de crítica à globalização e à sociedade de consumo.

Essa crítica é mais aprofundada em seção subsequente, em que a autora demonstra a importância da alimentação local, desde o menor impacto ambiental devido a menores (ou inexistentes) cadeias logísticas e manutenção de biodiversidades locais, até impactos na saúde (a autora argumenta que populações estabelecidas no mesmo local há séculos estão mais bem adaptadas para a alimentação que o ambiente local oferece) e econômicos. (2014, p.101) A autora traz crítica direta à sociedade industrial através de Herbert Markus:

Herbert Markus já nos anos 60 do século 20 concluiu que a enorme produtividade econômica da sociedade industrial avançada é contrária ao livre desenvolvimento das necessidades e capacidades humanas, como o crescimento do capital depende da supressão da liberdade dos indivíduos. A característica básica da sociedade industrial avançada de fato é a não-liberdade confortável, sem conflitos e democrática. O padrão de vida está subindo, mas as pessoas estão pagando com sua liberdade, com a possibilidade de serem autênticas pois elas são captivas das falsas necessidades do consumismo em massa. Isso é aparente em como elas estão sujeitas à publicidade, tomando parte no que os outros fazem, amando e odiando o que os outros amam e odeiam etc. (TURINIČOVÁ, 2014)

Como exemplo de tipologia mais pertinente para este trabalho, a autora traz o que chama de *community gardens* (que no contexto desta pesquisa será entendido como hortas comunitárias), que define como um fenômeno sem modelo mas com características comuns: podem ser abertos ou fechados, criados em terras públicas ou privadas, mas principalmente em terras sem uso que os participantes retomam através do seu trabalho. Além disso, sobre a organização e objetivos, podem ser criados pelo poder público, organizações comunitárias ou grupos menores de pessoas. Porém, a característica principal e definidora dessa tipologia é o uso da terra para cultivo de gêneros alimentícios. (2014, p. 105)

Por fim, ao discutir as consequências desse fenômeno, a autora demonstra alguns resultados semelhantes aos dados obtidos no primeiro estudo de caso desse trabalho, principalmente a utilização desses espaços como forma de passar o tempo, de criar um sentimento de comunidade, de escape da vida anônima do ambiente urbano e de alternativa econômica.

Hortas urbanas são um exemplo interessante de economia alternativa no ambiente urbano. Pessoas em cidades frequentemente não têm oportunidade de cultivar seus próprios alimentos e não querem comprar alimentos importados, então elas optam por essa forma de obter produtos saudáveis. Um aspecto importante, em que devemos focar, é que não é apenas um fenômeno econômico, mas também cria vínculos sociais significantes entre membros. (TURINIČOVÁ, 2014)

O foco deste trabalho é a implantação de hortas urbanas. Porém é possível entender a permacultura como uma metodologia holística de vida, uma forma completa de vida alternativa com objetivos contra hegemônicos, buscando harmonia com o ambiente natural, englobando processos e métodos que vão além da agricultura. Magrini (2009) traz descrições das formas em que o conceito é aplicado em variados aspectos da vida. Sua descrição é detalhada, abrangendo inclusive a implementação dos métodos. Esses aspectos são listados, em nome da brevidade e por não se tratar do objetivo principal deste trabalho. São eles: aproveitamento máximo da água, captação de água, saneamento e esgoto, agroecologia e segurança alimentar, construção natural, energia e transporte e permacultura urbana (no sentido restrito de agricultura).

A agroecologia, segurança alimentar e permacultura são conceitos intimamente conectados, sendo agroecologia e permacultura duas faces da mesma metodologia de cultivo de gêneros alimentícios e a segurança alimentar a consequência esperada. O entendimento de agroecologia é a metodologia pela qual o solo é preparado para o cultivo, buscando maximizar sua fertilidade e manter sua qualidade ao longo do tempo, em contraposição ao uso predatório que reduz a qualidade do solo visto na prática de agricultura extensiva. Magrini (2009, p.50-55) traz a forma de preparo do solo, cujos pontos são reproduzidos a seguir:

- Não utilizar de incêndio para limpeza do terreno, visto que o fogo prejudica a fauna, microrganismos e elimina biomassa que garantem a nutrição do solo;
- Fazer uso do que o autor chama de adubação verde, como por exemplo leguminosas como feijão, que devem ser cortadas antes do seu desenvolvimento máximo, servindo para atrair insetos benéficos, evitar erosão e compactação do solo e, após o corte, devem ser deixadas para que se decomponham e assim incorporem nutrientes ao solo;

- Após a colheita principal, é importante o cultivo de vegetais de folha larga, como por exemplo abóbora, para sombrear o solo de chuva e sol intenso, prática chamada de cobertura verde;
- Utilizar animais como galinhas, patos e coelhos para a limpeza do solo, controle da população de insetos e deposição de esterco;
- Utilizar de *minhocário* ou composteira para materiais orgânicos para produção de húmus de minhoca utilizado para adubação do solo.

Conectado ao conceito de permacultura, ou englobando-o, está o entendimento da natureza enquanto infraestrutura: ao invés de ser entendida como potencial econômico, a natureza possui valor intrínseco, tanto referindo-se aspecto econômico quanto ao de suporte à vida. Segundo Abramovay (2022, p. 19-20):

Por sua vez, as atividades econômicas ganham sentido por sua inserção na sociedade: crescimento econômico, produção, consumo e infraestruturas são meios para o desenvolvimento sustentável. O crescimento deixa de ser o fim em si mesmo do sistema econômico e converte-se em meio para uma finalidade de natureza ético-normativa, sintetizada na definição de Amartya Sen de desenvolvimento enquanto processo de expansão permanente das liberdades substantivas dos seres humanos. “Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza? [...] A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter” (Sen, 2010, p.28). Assim definido, o desenvolvimento não pode ser alcançado se a vida social tiver por base a destruição dos serviços ecossistêmicos dos quais todos dependemos.

Evidentemente, há uma contraposição entre a posição de Abramovay e posições anteriormente exploradas no conceito de decolonialismo: enquanto um aborda a possibilidade de desenvolvimento sustentável e utilização racionalizada da natureza entendida simultaneamente enquanto infraestrutura econômica e infraestrutura de manutenção da vida, outro se opõe à ideia de desenvolvimento com conceitos como o decrescimento. Este conceito se contrapõe à ideia de que o desenvolvimento é um fim a ser buscado independente de qualquer consideração acerca das necessidades humanas. Esta contraposição é interessante para este trabalho a fim de demonstrar que a permacultura, embora seja um movimento completo em si mesmo, pode alinhar-se à diferentes perspectivas e visões de mundo pretendido.

Abramovay define claramente o que entende como desenvolvimento sustentável a partir de análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que o autor define como “um convite permanente a que se encare o desenvolvimento, antes de tudo, como um tema de natureza ética. Eles exigem, portanto, que os projetos de infraestrutura sejam definidos por seu sentido, seus objetivos, seus resultados para a vida social, muito mais que pelos indispensáveis parâmetros de eficiência e de segurança que devem, evidentemente, regê-los” (2022, p. 24).

De forma semelhante ao decolonialismo e ao fio condutor desse trabalho, contribuindo para seu aprofundamento, o autor detalha a necessidade da especificidade e da participação de atores locais nos projetos de desenvolvimento. O processo de elaboração dessas iniciativas necessariamente passa pelo entendimento que para problemas locais, a solução passa por potencialidades locais. Segundo o autor:

Melhorar a qualidade e as chances de inserção em mercados competitivos e dinâmicos da sociobiodiversidade florestal exige soluções técnicas adaptadas a diferentes localidades. Não são técnicas prontas e consagradas, tampouco são homogêneas: serão muito variadas, conforme os territórios onde se implantam e os conhecimentos dos que as manipulam. Elas têm que se adaptar, frequentemente, aos modos de vida de seus usuários, o que apresenta dificuldades imensas. (ABRAMOVAY, 2022, p. 43)

Um exemplo de dificuldade foi a instalação de painéis solares em comunidades amazônicas para substituir geradores a diesel. Os painéis, porém, são equipamentos de manutenção constante. Para eliminar a dependência da comunidade de especialistas externos, o projeto Xingu Solar, responsável pela implantação, capacitou moradores para realizar as manutenções necessárias. (ABRAMOVAY, 2022, p.61)

Sobre as soluções, o autor continua a desenvolver o tema, descrevendo a necessidade de um trabalho de recuperação de conhecimentos específicos, evitando o uso de “técnicas encaradas como universais, mas que não levam em conta nem os materiais nem as tecnologias empregadas pelos povos da floresta”³. Aqui, a ideia de cultura material ganha todo sentido: trata-se de recuperar e valorizar conhecimentos

³ Evidentemente, a menção a “povos da floresta” deve-se ao fato de que o trabalho do autor utiliza a floresta amazônica como exemplo de entendimento da natureza como infraestrutura para buscar desenvolvimento sustentável, mas os conceitos amplos apresentados pelo autor não possuem particularidade que torne sua aplicabilidade exclusiva ao contexto amazônico.

que permitiram, ao longo de milênios, o uso da floresta em pé (Clement et al., 2015)” (ABRAMOVAY, 2022, p. 58).

Hanke et al (2011) traz abordagem abrangente das temáticas que tangenciam o aspecto técnico da permacultura urbana. Essa abordagem é o principal ponto de relevância no âmbito desta pesquisa, demonstrando que já é reconhecido o potencial da permacultura urbana como ferramenta de organização política, de fortalecimento de laços sociais e de emancipação através do trabalho orientado pelas necessidades e feito através dos conhecimentos locais.

Os autores desenvolvem esta discussão apontando em seus resultados o desenvolvimento da estrutura organizacional da associação de moradores local, ampliando também o diálogo com organizações semelhantes. Porém, para os autores, um universo de iniciativas localizadas sem articulação não contribui para mudanças na estrutura social:

No entanto, para Lênin (1980), cooperativas ou associações de trabalho desarticuladas de outras organizações sociais dentro de uma dinâmica de movimento político (ou isoladas em um único setor produtivo), conseguem pouca ou nenhuma contribuição à mudanças na estrutura social. Para isso, mais importante que as lutas meramente categoriais e setoriais, está a conquista do poder político pelos trabalhadores. E isso só se dá a partir de uma dinâmica interconectada de movimentos sociais.

A percepção da necessidade dessa interconecção entre movimentos sociais, argumentada por Lenin, foi observada dentro da dinâmica de organização de trabalho nas hortas. Durante o projeto, houve o amadurecimento da necessidade, por parte das famílias, em organizar-se enquanto associação e articular-se com outros movimentos – mesmo que de pautas diferentes (mas dentro de uma mesma conjuntura sócio-política), como o Movimento dos Sem-teto; ONG's e Partidos políticos. (HANKE et al, 2011, p.5)

Este comentário indica a necessidade de difícil ampliação das redes de colaboração entre fenômenos semelhantes. Essa articulação é aparentemente dificultada pela própria característica dos fenômenos, graças a seu alto grau de informalidade e baixa capacidade de inserção política. Não é possível afirmar que o apoio estatal é o caminho para essa articulação, mas certamente, dentro de uma visão de mundo marxista-leninista, este não é o caso, a partir do entendimento do Estado em sua forma contemporânea como manifestação da vontade da classe dominante.

Para alguns autores o cenário de desemprego em massa e desregulamentação das relações de trabalho foram os pressupostos básicos para o início de organizações associativas/cooperativas. Essas organizações de produção poderiam, reconhecendo-se na consciência política de classe social, fazer muito mais do que riscos na superfície do sistema de produção capitalista, poderiam contribuir com o fim da subordinação do trabalho ao capital e na reeducação dos

trabalhadores em um novo modo de produção social. Isso também é possível graças ao fato de que o trabalho cooperativo pode, em certas condições materiais, ultrapassar os limites do trabalho baseado na propriedade privada individual dos meios de produção.
(HANKE et al, 2011, p.5)

Por fim, é necessária uma explicação do âmbito deste trabalho. Como visto, a permacultura urbana toma muitas formas, não sendo um fenômeno facilmente delimitável e certamente não imutável. No entendimento deste trabalho, iniciativas como a Fazenda Urbana de Curitiba não se enquadram no entendimento de horta urbana, assim como hortos municipais, parques lineares e fazendas verticais, embora certamente sejam demonstrações de permacultura urbana e tenham papel chave na manutenção da segurança alimentar e da biodiversidade. Os casos a seguir possuem diferentes níveis de formalidade e participação do poder público, não sendo essa a linha de corte do que é considerado aqui como “horta urbana” ou não. Talvez mais relevante para o entendimento do que é considerado “horta urbana” é o alcance do fenômeno: hortos municipais e fazendas urbanas possuem esferas de influência regional, enquanto os casos que serão analisados possuem esferas mais locais, sendo mantidos em benefício de uma vizinhança específica. Uma cidade cujos casos tornam essa característica especialmente evidente é Brasília, em que as hortas são nomeadas de acordo com a superquadra onde estão localizadas e suas esferas de influência limitam-se a esses locais.

2.4. SÍNTESE

A fim de compilar a discussão elaborada a partir da revisão teórica feita neste capítulo, são possíveis algumas conclusões:

1. A permacultura integra o conceito de insurgência pelo fato de demonstrar tacitamente uma crítica ao planejamento até então praticado de modo formal por nossas gestões urbanas. Ela resulta de demandas claramente formuladas pela população e só eventualmente assimiladas, reproduzidas ou atendidas pela gestão da cidade;
2. A permacultura insere-se no conceito de decolonialismo por se concretizar a partir de diagnósticos e demandas claramente locais, sem considerar, necessariamente, modelos exógenos de se pensar e gerir a cidade;
3. A permacultura urbana, a despeito de se justificar, conta com ressalvas para sua implementação ou mesmo para sua existência em grande escala. De modo genérico, pode-se dizer que permaculturas competem com o custo

da terra mais atrativo para outras atividades, compete com a necessidade de seus praticantes terem outras atividades de sobrevivência e de lazer e com e uma ainda fraca tradição de a gestão urbana praticá-la em escala que não a de áreas residuais.

4. Ao se organizar a composição dos conceitos que deveriam ser buscados para compor este capítulo, a acupuntura urbana naturalmente surgiu como necessário. A curta discussão feita autojustificou-se. Acupuntura urbana, a despeito de possuir proximidades conceituais com as insurgências urbanas, podendo, de fato, uma experiência de permacultura urbana se apresentar como tal, logo se demonstrou distinta. Enquanto insurgência urbana é aqui entendida como uma iniciativa que decorre de uma demanda por necessidades não atendidas, uma acupuntura urbana na raiz do conceito significa uma iniciativa complementar ao mínimo que um morador urbano necessita para viver, embora seja manifestada de forma predominante na forma de grandes projetos de “requalificação” cujo objetivo é a imposição da formalidade na produção do espaço. Reconhece-se que tais conceitos ainda serão mais bem discutidos e refinados na literatura. A recente adoção dos conceitos na literatura do campo dos estudos urbanos explica um estágio conceitual que ainda necessita de avanços.
5. A permacultura apresenta, em teoria, caráter necessariamente anti hegemônico: a produção de permacultura urbana necessariamente passa pelo pensar da cidade e da relação com o consumo e a alimentação fora do estabelecido pelo sistema capitalista.
6. Por fim, a permacultura, portanto, apresenta potencial de requalificação urbana, inserção ou reinserção de seus participantes em redes sociais, abre espaço para considerar modos de vida alternativos e questiona as relações socioeconômicas e de direito ao espaço público vigentes.

Estas informações informam e subsidiam a apresentação e análise dos casos selecionados, iniciando-se pelo panorama brasileiro da permacultura urbana.

3. HORTAS URBANAS NO BRASIL

Este capítulo é subdividido em duas partes: na primeira, há um relato dos resultados de um trabalho de revisão bibliométrica de 2011, que compilou informações de outros trabalhos e buscou estabelecer um histórico de publicações brasileiras sobre hortas urbanas. Apesar de serem dados de dez anos, são relevantes para demonstrar histórico de desenvolvimento e problemas que persistem na implantação de iniciativas de permacultura urbana. Posteriormente, neste mesmo capítulo, são apresentados casos selecionados de cinco das maiores cidades brasileiras.

3.1. GEOGRAFIA DAS HORTAS URBANAS NO BRASIL

O trabalho de Castelo Branco et al (2011) consiste em busca em bases de dados com palavras-chave como “hortas urbanas” para fazer uma indexação geral da literatura brasileira sobre o tema. Os estados com maior número de trabalhos publicados sobre o assunto são Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí, sendo Minas Gerais e São Paulo os estados com maior número de cidades descritas nos trabalhos. Esse fato é explicado pelas autoras pela disponibilidade de mão de obra:

Independentemente do número de trabalhos e das cidades de origem dessas informações, a divulgação dos resultados alcançados pelas hortas urbanas e periurbanas brasileiras certamente está relacionada à presença de pesquisadores, técnicos de extensão e estudantes que acompanharam ou acompanham a evolução desses projetos. Considerando essa informação, é bem provável que essa mão-de-obra estivesse mais disponível nos estados que abarcaram o maior número de cidades, ou seja, Minas Gerais e São Paulo. (CASTELO BRANCO et al, 2011, p. 422)

As autoras também detectaram um aumento no número de trabalhos publicados a partir de 2004, fato atribuído à 1. “...ênfase dada pelos governos à implementação de políticas públicas visando a redução da pobreza, o que teve como consequência a liberação de recursos financeiros para projetos de hortas urbanas e periurbanas” e 2. “...o tempo necessário para obtenção dos resultados, já que as fases de implantação dos projetos, coleta, compilação e análise das informações demandam um tempo razoável.” (CASTELO BRANCO et al, 2011, p. 422 – 423)

Ainda, os resultados mostraram que, dos trabalhos que fazem menção ao tipo de propriedade da terra em que as hortas estavam implantadas, as unifamiliares e sem apoio estatal são as predominantes (38 trabalhos), seguidas por 16 trabalhos que

relatam hortas implantadas em áreas públicas e com apoio estatal, 14 trabalhos que citam áreas privadas não especificadas, 8 trabalhos que relatam áreas privadas arrendadas e 2 que mencionam áreas privadas apossadas. As autoras, porém, alertam para a baixa amostragem, não havendo menção ao tipo de posse da terra na maioria dos trabalhos. (CASTELO BRANCO et al, 2011, p. 423 – 424)

O trabalho traz também informações importantes sobre o tempo de desenvolvimento dos projetos, tendo a maioria dos trabalhos que mencionavam essa característica relatado que os fenômenos tinham três anos ou menos, com apenas quatro cidades com relatos de hortas com mais de 20 anos de existência (Petrolina, Juazeiro, Teresina e Sete Lagoas). Além disso, dos 80 municípios em que existem relatos de hortas urbanas, a regulamentação da atividade existe apenas em seis.

Nesses casos a legislação aprovada atribuía vantagens como redução de impostos para terrenos privados ocupados com atividades relacionadas à agricultura urbana ou regulamentava a ocupação de áreas públicas e a destinação de recursos financeiros. (CASTELO BRANCO et al, 2011, p. 424)

Os dados trazidos pelo trabalho permitem inferir, embora cuidadosamente devido à baixa amostragem (191 trabalhos), a baixa renda e baixa escolaridade dos participantes, em que o nível educacional mais alto relatado é o fundamental completo, em apenas 3 trabalhos, e, no caso da renda, dos 13 trabalhos que relatam essa característica, apenas 2 relatam renda predominante de mais de dois salários mínimos, além de uma predominância de mulheres, relatado como gênero predominante em 21 de 27 trabalhos (CASTELO BRANCO, et al, 2011, p.424), fenômeno explicado por: “...as mulheres ainda assumem a maior parcela de responsabilidade no cuidado do lar e, essas hortas, como estavam normalmente perto das residências, facilitavam o trabalho agrícola e o trabalho de cuidado do lar, além de serem uma fonte de renda complementar” (CASTELO BRANCO et al, 2011, p. 425).

O trabalho demonstra uma predominância, embora não ampla, da produção para comercialização (67 citações), com o autoconsumo vindo logo atrás no número de citações (49). Além disso, a garantia de segurança alimentar, objetivo direto da prática de agricultura urbana, é citado em 26 trabalhos. A formação de vínculos comunitários, a autogestão e a melhoria da paisagem urbana, pontos chave da

argumentação desse trabalho, também são mencionados, com 16, 6 e 11 citações, respectivamente (CASTELO BRANCO et al, 2011, p.425).

Essas características relacionam diretamente os fenômenos ao entendimento amplo de insurgências e, até certo ponto, de acupuntura urbana, além da noção decolonial de autodeterminação da forma de vida. Além disso, é relevante a menção, embora pequena, aos benefícios ambientais como conservação do solo e redução de emissões de CO₂.

Por fim, no que foi relatado como dificuldade para implantação, os fatores podem ser divididos em dois: os solucionáveis pela autogestão e os solucionáveis pela transformação da agricultura urbana em política pública, conforme segue em quadro que demonstra alguns dos problemas relatados:

Quadro 2 – Dificuldades Relatadas

AUTOGESTÃO	POLÍTICA PÚBLICA
Articulação dos participantes	Falta de assistência técnica
Falta de tempo	Falta de capital
Concorrência entre produtores	Falta de água
Rotatividade de participantes	Acesso limitado a insumos
Falta de mão de obra	Falta de apoio governamental
	Falta de espaço suficiente

FONTE: Castelo Branco et al, 2011

Em outro estudo, Ferreira Neto (2017) traz um mapeamento parcial de fenômenos de permacultura urbana no Brasil através da utilização de questionário online. O autor mapeou 100 fenômenos distribuídos por todo o Brasil conforme mapa (figura 1):



Figura 1 - Exemplos de permacultura urbana no Brasil

FONTE: FERREIRA NETO, 2017, p. 123

O levantamento, embora parcial, demonstra a predominância de iniciativas de permacultura nas regiões sul e sudeste. Entre as possíveis justificativas para tal concentração geográfica dessas experiências está 1. na própria concentração de grandes aglomerados urbanos; 2. No papel de estruturas municipais mais equipadas e com mais recursos capazes de apoiar essas iniciativas. Chama a atenção o fato de, onde justamente, a renda da população é menor em termos nacionais, a concentração de experiências com hortas urbanas seja reduzida.

Ferreira Neto (2017) também conduziu entrevistas com participantes e, dentre os temas debatidos nessas conversas, o mais relevante no contexto deste trabalho é o de permacultura como política pública. O autor ressalta a existência esparsa de políticas públicas nesse sentido e evidencia que em países como Austrália, Cuba, Itália, Suíça e Japão utilizam técnicas da permacultura (especificamente a compostagem) como solução para o descarte de matérias orgânicas, mas ressalta

que “...em termos de políticas públicas efetivas, permanentes e relevantes ainda existe uma grande lacuna, a nível mundial e nacional, de ações concretas”.

O tema e os fenômenos não podem ser esgotados em análise tão breve, mas é possível concluir que a maioria das experiências relatadas ocorre como uma insurgência urbana sem apoio do estado, com organização espontânea ou inexistente, na forma de iniciativas individuais, que acabam por afetar a capacidade produtiva e a eficiência das produções com relação ao objetivo de promover segurança alimentar.

A transformação da permacultura urbana em política pública, com subsídios, isenções, assistência técnica, disponibilização de áreas para cultivo, insumos e recursos dá à essas experiências o potencial de atingir sua capacidade de promover não apenas a segurança alimentar, nutrição de melhor qualidade, criação de vínculos afetivos e melhoria na paisagem urbana mas também melhora na qualidade do solo, na fauna e redução de poluição do ar e água relacionadas à agricultura extensiva e ao transporte de seus produtos.

Esses resultados são explorados em trabalhos de variadas áreas do conhecimento, não sendo o objetivo aqui aprofundarmo-nos em seus vários aspectos, senão os relacionados à área de gestão urbana e políticas públicas.

3.2. CASOS DE PERMACULTURA URBANA SELECIONADOS NO BRASIL

A seguir serão apresentados os casos selecionados em grandes cidades brasileiras. Esses casos são levantados a partir de fontes secundárias e suas informações compiladas respondem a perguntas estabelecidas a seguir que permitem comparação das mesmas características entre os fenômenos e seus contextos. Essa metodologia possibilita a comparação entre os casos no que de fato é comparável, sem isolá-los ou ignorar contextos importantes para compreensão mais aprofundada de outras características.

3.2.1. Metodologia

Para comparação dos casos, foram adotados sete parâmetros, cujos dados foram compilados em gráficos e quadros para discussão. Os dados completos de cada caso estão disponíveis no anexo deste trabalho. Os parâmetros são:

1. Gestão/organização: discutindo a forma de gestão dos espaços, se existe liderança formalizada de alguma forma, grupos organizados via internet, se a gestão é comunitária ou parte do poder público etc.
2. Localização: os fenômenos ocorrem em áreas centrais ou periféricas? De baixa ou alta renda?
3. Característica da área: os lotes são particulares? Arrendados? Cedidos através de concessões?
4. Formalidade: Busca diferenciar entre hortas criadas pelo poder público (formais) de outras criadas pela comunidade (informais). Este item diz respeito apenas ao histórico do fenômeno, não sendo a disponibilização posterior de capacitação ou assistência técnica pelo poder público suficiente para descaracterizar a espontaneidade do fenômeno.
5. Capacitação: Característica derivada do apoio do poder público, para a existência ou não de programas de capacitação para cultivo em espaços urbanos.
6. Assistência técnica: Idem.
7. Objetivo: referente aos participantes. Respostas possíveis: comercialização, subsistência, doação etc.

O artigo de Costa e Sakurai (2021) analisa três casos na cidade de São Paulo, denominados Horta da Dona Sebastiana, Agro Favela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. Para o Rio de Janeiro, Fontes et al (2018) trazem dois casos analisados detalhadamente em artigo, o Parque Sitiê e a Horta General Glicério. Halder et al (2011) trazem um panorama geral da agricultura urbana no município. Os autores também trazem, além de pontos anteriormente discutidos nesse trabalho, como a contribuição das hortas urbanas para o equilíbrio ambiental e a segurança alimentar, informações interessantes sobre a situação da agricultura urbana no Rio de Janeiro. Primeiramente, a existência da AS-PTA, que desenvolve programa de permacultura em comunidades de baixa renda, aproveitando espaços urbanos e o potencial local:

Busca-se a valorização dos saberes dos moradores e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis localmente. São estimulados os cultivos diversificados, com espécies e variedades adaptadas a cada espaço, e o uso de insumos orgânicos existentes na região (não uso de agrotóxicos e manutenção e melhoria da capacidade produtiva dos solos). A base metodológica do trabalho é a participação ativa dos moradores das comunidades, a partilha dos conhecimentos, o fortalecimento e protagonismo das organizações locais e o incentivo à experimentação. (HALDER et al, 2011)

Para Brasília, a fonte dos dados é Pereira (2015). A autora analisa sete casos na cidade, de um universo relatado de 27 hortas urbanas existentes no Distrito Federal (PEREIRA, 2015, p. 41). A autora também traz um perfil dos participantes, que apesar de não ser pertinente para a comparação direta com os outros municípios, é interessante para compreender possíveis diferenças nos fenômenos de agricultura urbana brasilienses: de um universo de 26 participantes entrevistados, 18 (70%) possuem nível superior completo e os outros 8 possuem nível superior incompleto. É importante notar a possibilidade de distorção dos dados obtidos a partir de um universo reduzido. Porém, segundo dados do IBGE, o Distrito Federal possui o maior percentual de pessoas com ensino superior no Brasil: 27,8%. Brasília também foi apontada como a capital com a taxa de escolaridade mais alta do país. (G1, 2020)

Sobre os casos analisados, são eles: Horta 416 Norte, Horta 713 Norte, Horta 312 Norte, Horta 206 Norte, Horta 606 Norte, Horta 708 Sul e Horta 114 Sul.

Em Souza et al (2019), cinco hortas urbanas comunitárias na cidade de Salvador – BA foram estudadas a partir de entrevistas com 13 horticultores. Neste trabalho não há dados específicos para cada um dos casos, portanto os resultados serão apresentados de forma conjunta respondendo às mesmas perguntas, com porcentagens.

Para Belo Horizonte, o trabalho da GEFAU – Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (2022), traz um panorama completo da situação do município, com 41 casos identificados separados em 9 regionais. A fim de não estender a base de dados, um caso de cada regional será descrito no corpo deste trabalho. Os demais estão disponíveis na fonte original.

3.2.2. Resultados

Os resultados dos levantamentos realizados foram sintetizados e apresentados em forma de gráficos, que demonstram as respostas dos 26 casos analisados, divididos inerentes aos pontos relevantes, dentro da temática estudada nesta pesquisa.

Dentro do universo analisado, a predominância da gestão/organização comunitária indica a informalidade comum aos fenômenos de permacultura urbana, os dados podem ser verificados na Figura 2. 14 dos casos possuem essa característica, 6 possuem gestão municipal, 3 de outras instituições, 1 familiar e 1 de empresas. Embora desejável dentro do entendimento da permacultura urbana enquanto iniciativa insurgente, a gestão comunitária tende a estar correlacionada com ausência de assistência técnica e de capacitação dos integrantes, conforme os dados seguintes mostram.



Figura 2 - Gestão/Organização

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Quanto à localização, todos os casos estudados localizam-se em áreas periféricas (não necessariamente de baixa renda), com exceção da Horta Esperança, na regional Centro-Sul de Belo Horizonte e de um caso localizado na Cidade Alta de Salvador. No caso Belorizontino, esse resultado deve-se à seleção de um fenômeno por regional. Porém, conforme mapa (Figura 3), pode-se observar relativa

predominância dos fenômenos em áreas periféricas, concentradas em regionais mais distantes da centro-sul:

Figura 3 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte

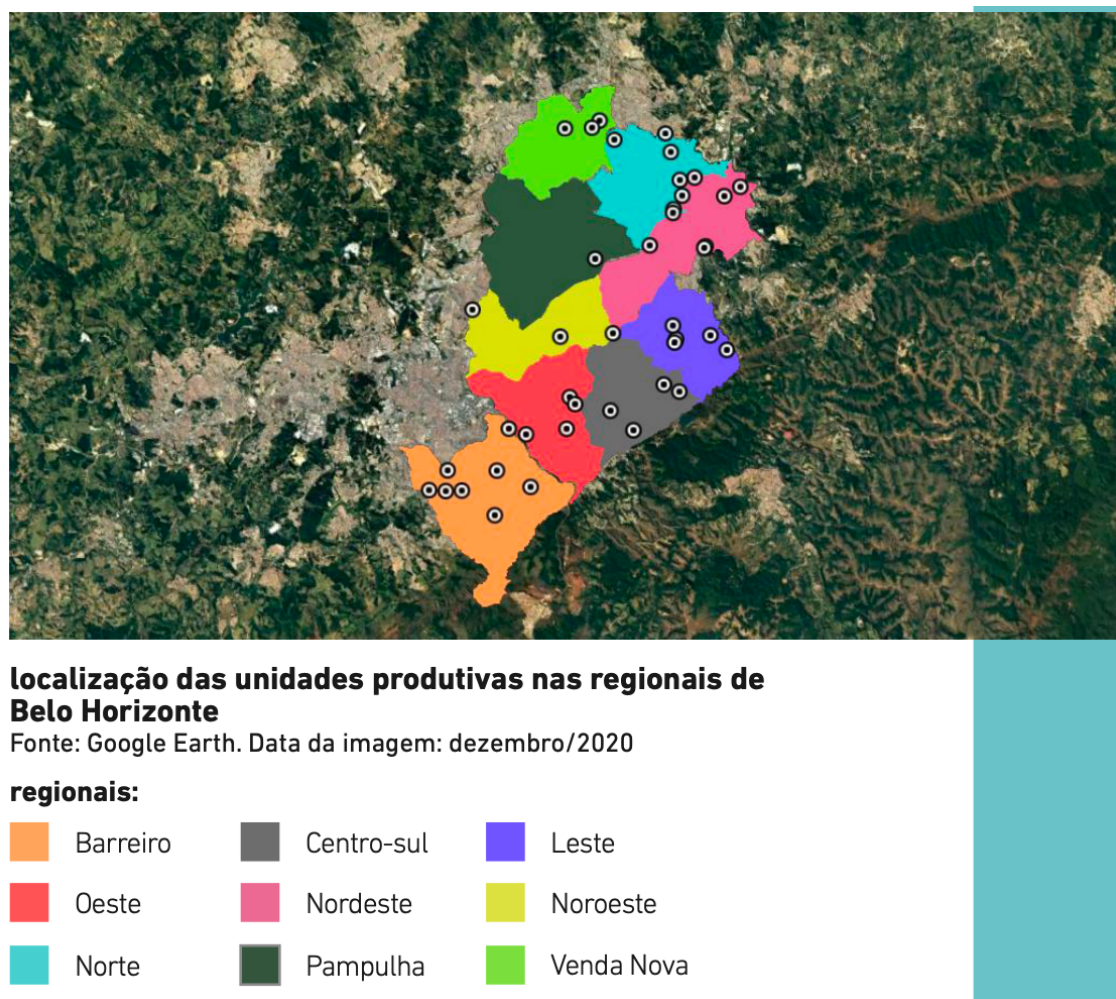


Figura 4 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte

FONTE: GEFAU, 2022

Essa predominância de localização periférica, não apenas em Belo Horizonte como nas outras cidades, pode ser ocasionada por alguns fatores. Algumas hipóteses são: renda, densidade ocupacional, disponibilidade de espaços vazios, maior número de espaços públicos etc. Os resultados de Curitiba, a serem apresentados a seguir, indicam também uma confirmação dessa tendência. No caso de Curitiba, porém, é possível indicar correlação entre a renda das populações e a existência de fenômenos de permacultura. Cabe também ressaltar que essas áreas são consideradas “periféricas” a partir de uma perspectiva do planejamento urbano formal e que essa

caracterização deriva de um entendimento dessas regiões a partir de suas faltas, como previamente debatido.

Outro dado relevante, é possível observar a predominância de espaços públicos, seguidos de áreas cedidas informalmente e áreas de instituições acadêmicas, conforme Figura 4. Esse resultado, que atende a expectativa criada a partir da caracterização teórica do fenômeno, demonstra o potencial da permacultura de ocupar áreas ociosas, públicas ou particulares. A seguir, nos dados sobre os objetivos das hortas, observaremos algumas das motivações para esses fenômenos, que possuem, de forma reduzida, mas representada, a preocupação com a qualidade do espaço para implantações desse tipo:

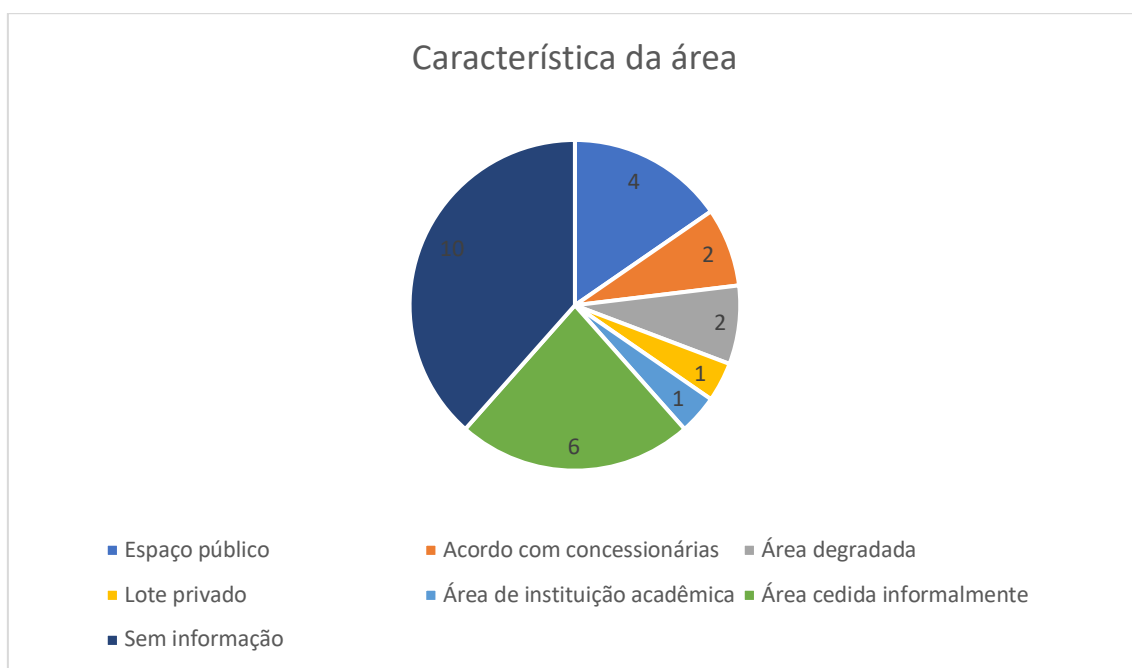


Figura 5 - Característica da área

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Quanto à formalidade dos fenômenos, este dado nos traz relativo equilíbrio entre os fenômenos totalmente informais (13 casos) e os que surgiram através de iniciativa do poder público ou foram posteriormente formalizados (10 casos). Esses dados podem indicar uma tendência à transformação da permacultura urbana em política pública, mas ainda indica forte tendência ao surgimento espontâneo desses fenômenos.

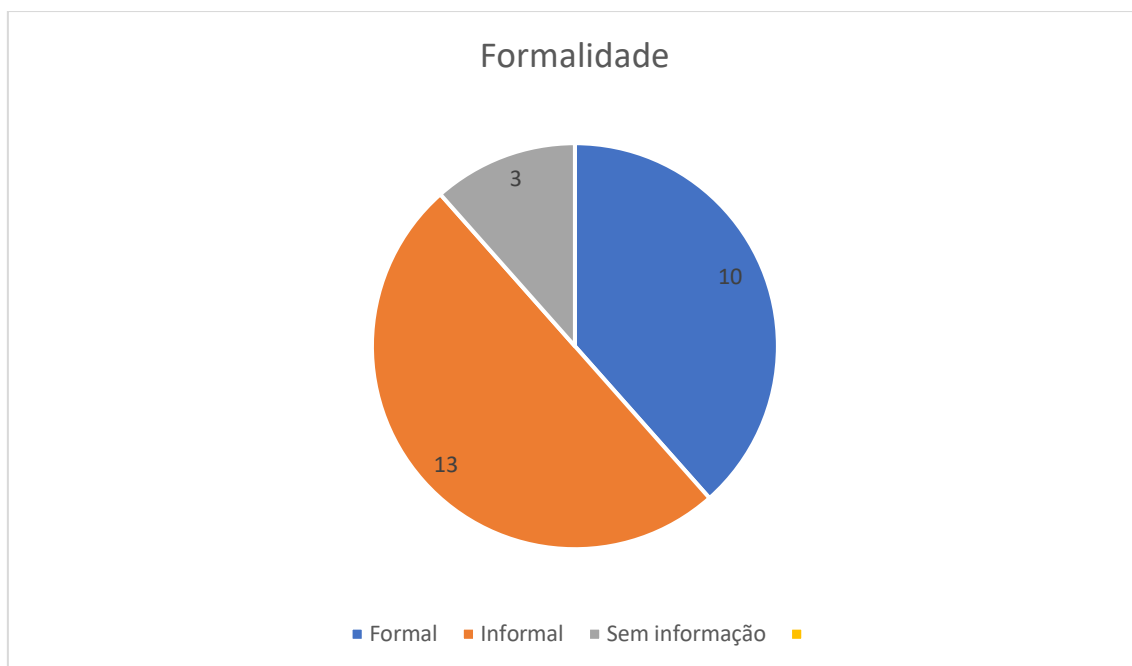


Figura 6 – Formalidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os dados de capacitação (fig. 6) e assistência técnica (fig. 7) apresentam relativo equilíbrio, porém novamente tendendo à informalidade. Numa perspectiva de adoção da permacultura urbana enquanto política pública, a capacitação aumenta a capacidade produtiva e a qualidade do trabalho e do espaço e deve ser incentivada. Claramente, porém, essa não é uma necessidade básica para a existência das hortas enquanto fenômenos insurgentes informais, apesar da formalidade não ser um fator excludente à existência de capacitação e assistência técnica.

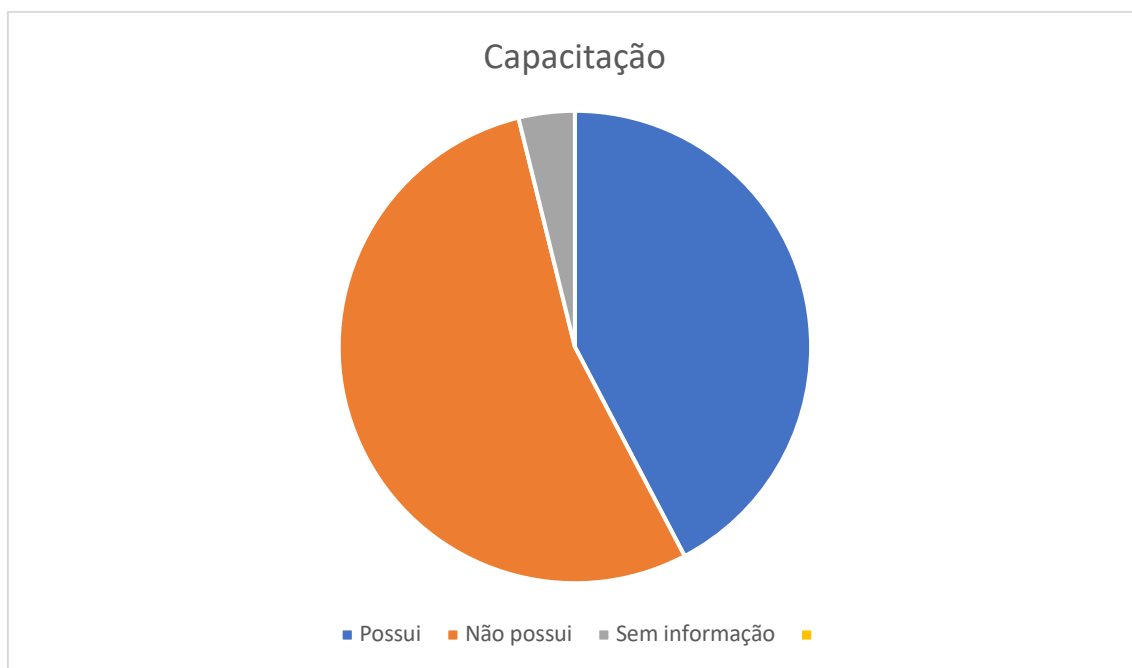


Figura 7 - Capacitação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

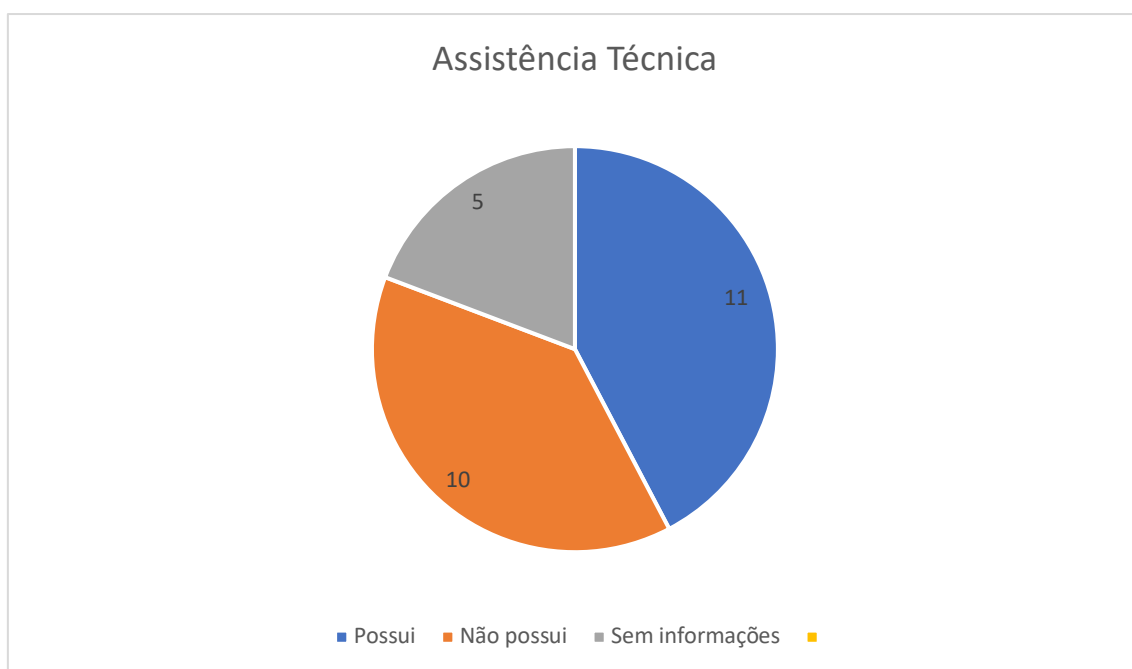


Figura 8 - Assistência técnica

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Para os objetivos, o compilado dos termos mencionados em todos os fenômenos de todas as cidades está apresentado na figura 8, que demonstra os termos conforme número de menções, filtro adotado na compilação:



Figura 9 - Objetivos (nuvem de palavras)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O autoconsumo surge como principal objetivo, citado 25 vezes. A seguir temos comercialização (16 citações), doação (14 citações), terapia (7 citações), fins medicinais (6 citações), lazer (5 citações), convívio e ensino (3 citações cada), educação ambiental, pesquisa, prática espiritual-religiosa e qualidade do espaço (2 citações cada) e conservação, gestão de resíduos e objetivo não especificado aparecem com 1 citação cada.

Nas motivações para implantação de práticas de permacultura urbana, percebe-se predominância do autoconsumo. O surgimento de fenômenos desconectados que relatam autoconsumo como objetivo de forma independente demonstra que a permacultura urbana é eficiente em garantir alimentação para as populações que a praticam. Comercialização e doação em segundo lugar indicam a capacidade potencial de volume de produção suficiente para tornar-se parcela representativa da alimentação de uma população.

Os resultados indicam, portanto, o potencial da permacultura para garantia de segurança alimentar e melhoria da qualidade do espaço, porém também indicam a necessidade de capacitação e assistência técnica para aumento da eficiência produtiva, imprescindível para aumento da escala de produção. Embora o objetivo da permacultura seja criar uma espécie de descentralização da produção de alimentos, não é possível pretender que todas as pessoas trabalhem na produção. Portanto, para plena aplicação, a produção precisa necessariamente ter volume suficiente para suprir uma produção de produtores e consumidores.

Assim pode-se concluir que para total fruição dos benefícios ambientais e sociais da permacultura urbana, é necessária a adoção da permacultura enquanto política pública, embora essa institucionalização não seja necessária para a existência dos fenômenos e vá, em certa medida, contra sua caracterização insurgente, decolonial e de pensar modos de vida alternativos. Se entendida enquanto alternativa reformista do modelo de agricultura extensiva, evidentemente, não é um caminho simples, devido ao grande poder econômico do setor do agronegócio, porém essa adoção necessariamente passa pela transformação da permacultura em política pública, incentivada e apoiada pelo Estado. Se entendida a partir de perspectiva contra-hegemônica, cabe discussão sobre o papel do Estado e da formalização destes fenômenos.

4. PERMACULTURA EM CURITIBA

Esta seção apresenta primeiramente panorama geral da situação das hortas urbanas em Curitiba, seguida de análise mais aprofundada de três casos específicos, finalizando com discussão sobre todos os casos apresentados. A cidade foi escolhida como principal caso empírico devido à pré-existência e sucesso de suas políticas de formalização da permacultura urbana e segurança alimentar, que serão detalhadas a seguir. Os dados foram obtidos através de consultas a sites e relatórios da prefeitura municipal, além de matérias de imprensa, quando pertinentes. Os dados quantitativos são demonstrados através de mapas e quadros que quantificam os fenômenos no município, de forma a facilitar a compreensão de tendências.

4.1. CENÁRIO DA PERMACULTURA EM CURITIBA

Atualmente, no município de Curitiba, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, existem três programas para implantação de hortas urbanas, que são: Hortas Comunitárias Urbanas, Hortas Escolares e Hortas Institucionais. Sobre cada uma delas, o município entende que:

Hortas Comunitárias Urbanas: Caracteriza-se pelo apoio ao cultivo em vazios urbanos na cidade de Curitiba, realizado por cidadãos organizados por meio de Associação de Moradores ou Entidade Social.

Hortas Escolares: Caracteriza-se pelo apoio ao cultivo e ações de educação ambiental e alimentar, em pequenos espaços e terrenos localizados nas escolas regulares, integrais, especiais ou Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), bem como nas unidades conveniadas com a Prefeitura de Curitiba.

Hortas Institucionais: Caracteriza-se pelo apoio ao cultivo em espaços institucionais, tais como Cras, Creas, Unidades de saúde, ONGs e escolas de educação especial que não sejam municipais ou conveniadas com a prefeitura, realizado por seus próprios funcionários e usuários, com objetivos ocupacionais, terapêuticos ou de caráter social. (Curitiba, 2023 a)

O site informa ainda que, após visita técnica que determina viabilidade do espaço para implantação, são disponibilizados treinamentos teóricos e práticos sobre cultivo e manutenção de hortas, com toda a mão de obra estando sob responsabilidade do solicitante. Claro, não é possível assumir que 100% das hortas urbanas existentes em Curitiba estejam registradas, mas essa expectativa não faz sentido quando entende-se a agricultura urbana como um todo, em suas variadas tipologias. Quintais urbanos, por exemplo, áreas particulares cultivadas por seus proprietários, não necessitam de registro municipal e possuem importância própria. Segundo estudos como o de Sivieiro et al (2011), a agricultura praticada em quintais

urbanos tem papel importante na manutenção da agrobiodiversidade e da ambiência microclimática.

Para as Hortas Comunitárias Urbanas existem três requisitos a serem avaliados após a submissão de ofício de requisição de análise da área:

1. Reunir no mínimo 10 pessoas/famílias da comunidade interessadas em participar do cultivo e manutenção da horta.
2. Para hortas em áreas particulares, é um termo de autorização de uso do proprietário do terreno.
3. Se o local ficar em área de APP, as solicitações serão analisadas conforme Lei Federal número 12.651/2012. (Curitiba, 2023 b)

Os próprios requisitos para a submissão de requisições já impedem o registro de operações de cultivo diminutas ou particulares. Sobre a tipologia relevante para esta pesquisa, as hortas comunitárias urbanas, em relatório do IPPUC (2022) são relatadas 45 hortas, 13 particulares e 32 públicas, conforme apresentado nos quadros 9 e 10:

Quadro 3 - Hortas Particulares em Curitiba, distribuição por bairros.

Nome da horta	Bairro
Butiatuvinha	Butiatuvinha
Caximba	Caximba
Esquina Verde	Cabral
Jardim Botânico	Jardim Botânico
Marumbi I	Uberaba
Marumbi II	Uberaba
Marupiara	Umbará
Paraná IV – Roça	Tatuquara
Projeto Oásis	Alto Boqueirão
Santa Ana e Santa Amélia	Fazendinha
Santa Luiza de Marillac	Rebouças
Uma Nova Curitiba	Orleans
Vivência	Cajuru

Fonte: IPPUC, 2022

Quadro 4 - Hortas públicas em Curitiba, distribuição por bairros.

Augusta B	Cidade Industrial de Curitiba
Cajuru	Cajuru
Coqueiros	Sítio Cercado
Fazendinha	Fazendinha
Jardim Dom Bosco	Campo de Santana
Lala Schneider	Sítio Cercado
Maria Angélica/Gramados	Pinheirinho
Monteiro Lobato	Tatuquara
Monteiro Lobato – Roça	Tatuquara
Paraná I	Tatuquara
Paraná II	Tatuquara
Paraná III – 1ª etapa	Tatuquara
Paraná III – 2ª etapa	Tatuquara
Paraná IV	Tatuquara
Rio Bonito	Campo de Santana
Rio Bonito – Roça	Campo de Santana
Sambaqui	Sítio Cercado
Santa Cecília I	Tatuquara
Santa Cecília II	Tatuquara
Santa Rita I	Tatuquara
Santa Rita II	Tatuquara
Santa Rita IV	Tatuquara
Santa Rita IV – Roça	Tatuquara
São João Del Rey	Sítio Cercado
Vila Oficinas	Cajuru
Vila Pantanal	Alto Boqueirão
Vila Pantanal – Ampliação	Alto Boqueirão
Vila Rigoni	Fazendinha
Visitação	Boqueirão
Vitória Régia I	Cidade Industrial de Curitiba
Vitória Régia II	Cidade Industrial de Curitiba

Fonte: IPPUC, 2022

Ao espacializar os dados acima, nota-se uma predominância das hortas no setor sul da cidade e em áreas periféricas, como demonstrado na figura 9:

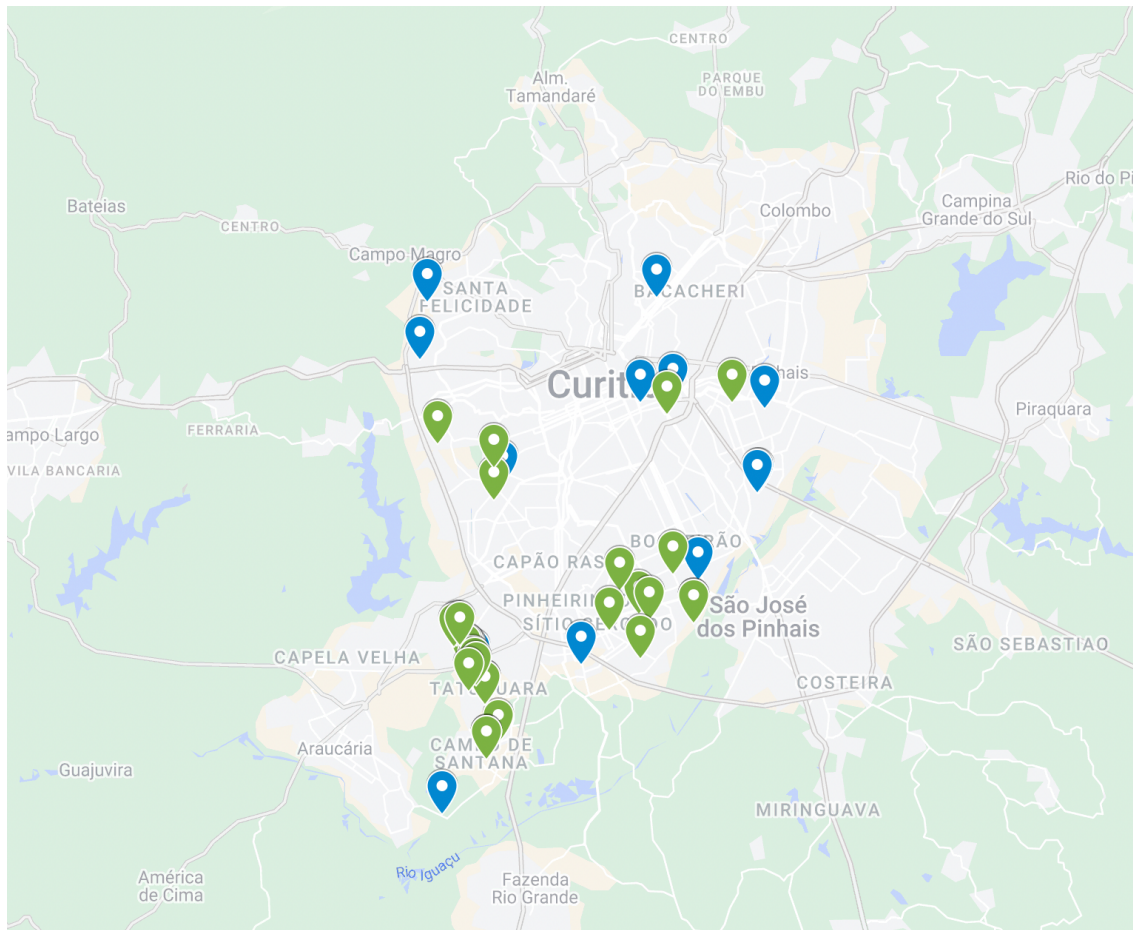


Figura 10 - Elaborada pelo autor com base em relatório do IPPUC e Google Maps. Em azul, hortas particulares. Em verde, hortas públicas.

FONTE: IPPUC, 2022. Mapa elaborado pelo autor, 2023.

Numa visualização de dados em escala mais ampla, por regional, esse cenário é confirmado, conforme quadro:

Quadro 5 – Hortas públicas e privadas em Curitiba, distribuídas por regional.

Regional	Quantidade
Boqueirão (sul)	4
Bairro Novo (sul)	5
Cajuru (leste)	5
CIC (oeste)	4
Matriz (centro)	3
Pinheirinho (sul)	1
Portão (centro-sul)	3
Santa Felicidade (oeste)	2
Tatuquara (sul)	18

Fonte: IPPUC, 2022

A predominância da regional Tatuquara possivelmente deve-se à existência de linhas de alta tensão na região. Segundo relatos de participantes das hortas, há um convênio da prefeitura com a concessionária responsável pelas linhas para utilização das faixas de servidão para cultivo urbano. Esse relato é confirmado pelo site do IPPUC (2022), que, descreve exemplo (Horta Santa Rita II), como “Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável Eletrosul – Projeto Hortas Comunitárias”. Esses fenômenos são exemplos de utilização de potencial de terras urbanas que em outras condições são inutilizadas pela implantação de infraestrutura, representando cerca de 40% das implantações do tipo no município.

Outro fator que certamente possui implicação na localização majoritariamente periférica dos fenômenos é o alto nível de consolidação, impermeabilização e densidade construtiva de áreas mais centrais. Naturalmente, essas características tendem a reduzir iniciativas de permacultura urbana.

O site Ciclovivo (2021) noticiou a criação da centésima horta urbana com apoio da Prefeitura Municipal, no Bairro Novo da Caximba, extremo sul do município. Desde então, em agosto de 2022, foi anunciada a criação da Horta Projeto Oásis, no bairro Alto Boqueirão, noticiada como a centésima décima sexta horta da cidade. Esse crescimento de 16% em cerca de 18 meses demonstra que, ao menos no que se refere ao interesse em expansão, os projetos estão gerando resultados positivos, que estão sendo reconhecidos internacionalmente. Em 2022, os programas de agricultura urbana da Prefeitura de Curitiba venceram o prêmio Latam Smart City Awards 2022

na categoria Desenvolvimento Urbano, Sustentabilidade e Mobilidade, em evento organizado em parceria entre a Fira Barcelona e a ONU Habitat.

No momento imediatamente anterior à criação da Horta Projeto Oásis, quando havia 115 hortas no município, elas equivaliam a uma área de 157500m², cultivadas por 5700 produtores e atendendo 17900 pessoas. Outros projetos associados são a Fazenda Urbana, com 4435m², as 60 hortas de mel e a Mesa Solidária, que desde 2019 até o momento de publicação destes dados, distribuiu cerca de 713 mil refeições.

Embora a conclusão não possa ser generalizada, é possível inferir a partir dos dados que a agricultura urbana é eficiente na sua contribuição para garantir segurança alimentar em relativamente pouco espaço: considerando que cerca de 16 hectares atendem cerca de 18 mil pessoas com alimentos frescos e de alta qualidade nutricional.

Além disso, essa produção possui cadeia produtiva e de transporte curta, contribuindo para a não-emissão de gases provenientes de combustíveis fósseis, diminuição dos gastos com saúde pública e aumento da qualidade de vida dessas populações, conforme demonstrado anteriormente.

Esses dados demonstram grau relativamente avançado de implantação deste tipo de política no município: os apoios técnicos realizados através do cadastramento em programas da prefeitura não apenas consolidaram as atividades de permacultura formalizada como também já demonstraram sucesso em seus objetivos de garantir segurança alimentar e de transformar a agricultura urbana em característica integrada à paisagem urbana.

A seguir, serão analisados três casos específicos em suas particularidades, não para argumentar em favor de seus resultados, mas para continuar a demonstrar as possibilidades de funcionamento interno dos fenômenos de agricultura urbana.

4.2. CURITIBA: HORTAS URBANAS SELECIONADAS

Os casos a seguir foram selecionados por serem de iniciativa ou possuírem posterior apoio do poder público, portanto são exemplos da permacultura urbana formalizada entendida como política pública. Além disso, no contexto curitibano, são casos localizados em região periférica na porção sul do município, que, conforme demonstrado anteriormente, responde pela maior parte dos fenômenos do tipo no município. Os casos selecionados (fig. 10) são hortas urbanas formalizadas localizadas no Tatuquara e no CIC.

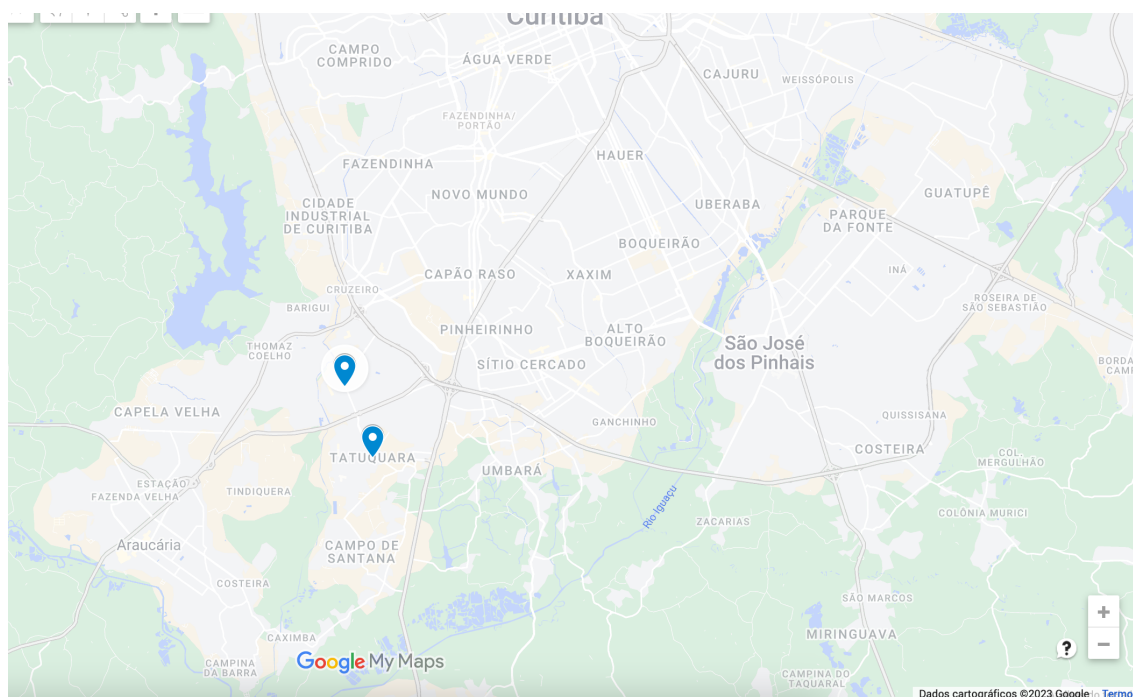


Figura 11 - Localização dos casos selecionados na região sul de Curitiba

Fonte: Google Maps. Elaborado pelo autor, 2023.

Em artigo, Hanke et al (2011) analisam o processo de implantação das hortas urbanas no bairro do Tatuquara, que, como observado anteriormente, concentra o maior número desses fenômenos na cidade de Curitiba. Segundo o estudo, a implantação do projeto foi iniciada em março de 2008 e finalizada em 2009, através do trabalho conjunto entre as cinquenta famílias envolvidas inicialmente, a Associação de Moradores do Tatuquara, o instituto agroecológico, a Eletrosul e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (2011, p.3). Não existe no trabalho relato da indexação das hortas ao projeto municipal.

A implantação do projeto contemplou, além das questões burocráticas pertinentes à implantação em faixa de servidão de linhas de alta tensão e da assistência técnica para a permacultura urbana, uma série de oficinas que os autores dividem em três momentos, que chamam de módulos:

O primeiro módulo foi o de capacitação técnica, tratando de temas como cultivos agroecológicos, manejo ecológico do solo, doenças e pragas, calendário agrícola, dentre outros (HANKE et al, 2011, p.3). A seguir, foram trabalhados temas relacionados ao fortalecimento da organização social da atividade produtiva. Segundo os autores, algumas das oficinas foram: “a) Fortalecimento/Criação da Associação de Produtores; b) Dinâmica e característica de uma organização social e suas particularidades; c) Realização de diálogos formativos que buscaram que construir uma nova concepção de comercialização de produtos agrícolas (intercambio dos produtos das hortas, organização de feiras e elaboração de um design social que identifique os produtos da comunidade); d) Formação política da Comunidade.” (HANKE et al, 2011, p.3-4).

Por fim, foram abordados temas relacionados ao associativismo e ao cooperativismo, abordando inclusive o papel destas formas de organização como “formas de inserção social do indivíduo na coletividade; a importância da luta política como forma de emancipação social.” (HANKE et al, 2011, p.4)

Em outro estudo, Valieri (2012) apresenta o caso do Loteamento Vitória Régia, no bairro CIC. Segundo a autora, a implantação de hortas urbanas na vizinhança iniciou-se em 2003, novamente numa parceria entre a associação de moradores local e a Eletrosul. No momento do relato, foram contabilizadas 140 famílias beneficiadas pelo projeto. A autora também relata o funcionamento do suporte técnico:

Uma vez ao mês, técnicos da SMAB levam ao Vitória Régia mudas de hortaliças da estação para que os agricultores urbanos plantem em seus lotes de 6,5 por 30 metros. Cada contemplado assina uma lista na associação de moradores e recebe uma ficha para retirar as mudas com os técnicos da secretaria. Em seguida eles dirigem-se às hortas para o plantio. (VALIERI, 2012, p.41)

O estudo compreende uma entrevista de sete perguntas com os produtores. Onde, 80% dos entrevistados pratica agricultura há até 10 anos, os outros 20% há mais de 10 anos. Metade dos entrevistados possui outra atividade e, da outra metade, a maioria são aposentados. 60% dos entrevistados afirmaram que houve grande melhoria na qualidade da paisagem urbana, outros 20% afirmaram que houve alguma

melhoria. E ainda, 20% apontaram piora na qualidade da paisagem. Quanto à destinação da produção, 60% afirmaram que doam o que não consomem, 10% afirmaram que não há sobras e os outros 30% indicaram que vendem o excedente (2012). A autora indica importante diferença em relação ao caso anterior:

O foco do trabalho realizado nunca foi o de gerar renda. O Engo Mário Takashina salientou durante a sua entrevista que muitas vezes participantes do programa lavoura demonstraram vontade de organizar cooperativas, porém não existe essa possibilidade uma vez que as áreas disponibilizadas para cada família são insuficientes para que a venda da produção seja capaz de sustentar uma família. (VALIERI, 2012, p.48)

Outros dados relevantes são revelados nas últimas perguntas da entrevista. Segundo o estudo, 55% das pessoas entrevistadas afirmaram que o maior benefício do programa é a melhora na qualidade da alimentação, 20% afirmaram ser o incremento de renda. 15% afirmaram ser o convívio social e 10% afirmaram ser a melhora na paisagem. Segundo a autora, todos os entrevistados foram categóricos em reafirmar a importância desses efeitos. Além disso, os entrevistados afirmaram que a inserção deste tipo de alimento comprometeria sua renda familiar, caso não houvesse produção para consumo próprio. (VALIERI, 2012)

Por fim, 55% dos entrevistados afirmaram nunca ter ouvido o termo “sustentabilidade”, com os outros 45% afirmando que já ouviram, mas não saberiam defini-lo. Segundo a autora, alguns dos entrevistados pediram explicações sobre o conceito e ao ouvirem as respostas, “todos reconheceram a importância de agir de forma sustentável e ficaram surpresos por contribuírem através das hortas comunitárias.” (VALIERI, 2012, p.50)

Essas questões serão abordadas de forma mais ampla durante a discussão desta seção, porém é possível adiantar, como conclusão que esses dados indicam o potencial da permacultura urbana como ferramenta de emancipação social e política, contribuição para a segurança alimentar e fortalecimento de relações sociais.

A seguir, um breve relato de campo de visitas às hortas urbanas do bairro Tatuquara traz perspectiva micro mais próxima do cotidiano da operação dos fenômenos de permacultura urbana.

4.2.1. Relato de campo

A prática em campo permite desenvolver uma melhor compreensão de diversos aspectos da realidade, em específico buscou-se compreender a relação da vivência da comunidade com a prática da permacultura urbana.

As visitas foram realizadas no bairro Tatuquara, localizada no extremo sul de Curitiba. A região é beneficiada por 14 hortas comunitárias que beneficiam cerca de 2,2 mil pessoas. O projeto é parte do programa de Agricultura Urbana da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAB) desenvolvido por 447 famílias. Elas são desenvolvidas por cidadãos organizados por meio de Associação de Moradores ou Entidade Social. Todos os produtores urbanos recebem assistência técnica e acompanhamento dos engenheiros agrônomos da SMAB (CURITIBA, 2017).

As hortas são desenvolvidas em vazios urbanos, as da área do estudo em específico, são estabelecidas em faixa de servidão de linha de alta tensão, em área cedida pela concessionária. Essas iniciativas são desenvolvidas de maneira articulada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além disso, contribui para a proteção do meio ambiente e de segurança, não só alimentar, pois as hortas ocupam áreas que poderiam ser alvo de ocupações irregulares.

O bairro Tatuquara apresenta ruas estreitas, predominantemente residenciais e com comércio vicinal e de bairro. Consiste em uma região periférica de Curitiba, com diversos loteamentos populares regulares e são caracterizados por abrigar uma população retirada de áreas irregulares (DE OLIVEIRA E BAPTISTA, 2015).

Realizou-se a visita em múltiplas hortas do bairro num mesmo dia nos finais de semana do mês de agosto de 2022, no período da manhã. Observou-se três hortas, localizadas em terrenos que constituem a faixa de servidão da rede de alta tensão que passa pela região (Figuras 10 e 11). A faixa de servidão é um espaço de ocupação restrita, mas nesse caso é uma concessão da Eletrosul, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para o uso de hortas urbanas, a qual contribui com o fornecimento de insumos (mudas, terra, adubo). É importante ressaltar que, por essa característica, em dias nublados ou de chuva, é proibida a utilização do espaço por questões de segurança e integridade física.



Figura 12 – Bairro Tatuquara, inserção das hortas na faixa de servidão de linha de alta tensão

Fonte: O autor, 2022.



Figura 13 – Bairro Tatuquara, torre de alta tensão, com uso abaixo

Fonte: O autor, 2022.

As hortas constituem-se fisicamente da seguinte forma: são pequenos corredores, de aproximadamente 60 cm a 80 cm, alguns com pavimentação, outros de terra batida, ladeados por canteiros que têm tamanhos variados, todos delimitados utilizando lâminas de forro de PVC fixadas com pequenas estacas de madeira (Figura 2). Os canteiros são numerosos e as culturas são variadas. Caixas d'água com torneiras servem de pontos de obtenção de água. Dependendo do porte da horta, há apenas uma ou várias, distribuídas na área. A terra utilizada é diferenciada da terra natural do terreno, sendo a dos canteiros mais escura, provavelmente fornecida também como insumo.



Figura 14 – Bairro Tatuquara, constituição física dos canteiros.

Fonte: O autor, 2022.

Observou-se que a organização nas hortas ocorre sempre da forma: a pessoa declara seu interesse para o coordenador da horta, que, conforme disponibilidade, determina que a pessoa será responsável por um número variado de canteiros. O número varia de acordo com o interesse/disponibilidade da pessoa. De acordo com Rodrigues et al. (2018), o coordenador responsável pelas hortas que atua como orientador dos participantes, são pessoas que passam por um processo de eleição da comunidade e cada família envolvida no programa é responsável por um espaço de hortas determinado pela SMAB e, sob pena de perder o direito de cultivo, deve manter o local limpo e respeitar às regras de um regulamento elaborado por esta Secretaria.

Apesar de serem espaços utilizados pela comunidade, todas as hortas possuem controle de acesso. Elas são cercadas por alambrados de aproximadamente 2 m de altura, com portões fechados com cadeados, em muitos casos sendo necessário a autorização para acesso do coordenador responsável. No entanto, observou-se que a área da propriedade de algumas famílias estende-se a área das hortas (Figura 3). Segundo os beneficiados, aqueles que residem próximos a horta, apresentam prioridade, se assim desejar, de assumir os canteiros adjacentes à sua propriedade, podendo inclusive cercá-lo com a finalidade de realizar o cultivo para

subsistência e a venda da produção excedente. Nota-se que a presença das hortas urbanas, estimula a melhoria no acesso a alimentação saudável, com a produção de alimentos e possibilita a geração de uma renda extra aos envolvidos com o projeto (COMITRE, 2019), todavia, notou-se que alguns participantes enfrentam dificuldades para vender sua produção devido ao pequeno volume.



Figura 15 – Bairro Tatuquara, horta incorporando lote particular

Fonte: O autor, 2022.

Entre os motivos que instigam a participação da comunidade nas hortas estão: o cultivo para consumo próprio e uma forma de ocupação do tempo; contribuir com doações àqueles que necessitam e gerar renda complementar a família.

Para muitos as hortas contribuem economicamente, pois sentem dificuldades com as oscilações do mercado e com o aumento no custo dos alimentos. Portanto,

evidencia-se que as hortas cumprem um papel na segurança alimentar dos seus participantes, que é um dos objetivos da implantação de projetos deste tipo, sendo essa função amplamente divulgada e formalizada na própria Prefeitura através da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que administra o que chamam de ações de Agricultura Urbana (Figura 4).

Além disso, muitos participantes apresentam uma visão positiva em relação a implantação das hortas, percebe-se o fortalecimento do convívio social, melhoria da paisagem e da segurança, pois para muitos dos envolvidos, esses espaços sem as hortas, provavelmente serviria de "esconderijo de bandido".



Figura 16 – Bairro Tatuquara, produção em canteiros

Fonte: O autor, 2022.

O convívio em campo possibilitou entender que apesar de um dos objetivos ser a melhoria na alimentação das populações em risco e vulnerabilidade social (ARAUJO E FUCK, 2022), percebe-se que para muitas daquelas pessoas, o processo de cultivo da horta é um momento de introspecção, sendo considerado como uma prática

terapêutica. Muitos utilizam os espaços não simplesmente como meio para um fim, mas a partir da apreciação de um processo. Em termos mais práticos, a horta não consiste em apenas um pedaço de terra demarcado para obtenção de alimentos, mas sim, em um processo de cuidado com a horta, de observar o crescimento das plantas e as implicações sociais que isso causa, como por exemplo, doar aos mais necessitados. Rodrigues et al. (2018) destaca que essas práticas contribuem para a convivência e integração entre os cidadãos que podem exercer sua cidadania de forma plena.



Figura 17 – Bairro Tatuquara, produção em canteiros

Fonte: O autor, 2022.

Ressalta-se que estes espaços são inequivocamente benéficos para a paisagem urbana e suas implicações, evidenciam uma pulsão de apropriar-se do espaço, de adequá-lo às necessidades, de transformá-lo em um catalisador social. A prática das hortas urbanas tem sido bem aceita por toda a comunidade, é comum

peessoas que não são participantes das hortas comprarem e usufruírem dos alimentos, devido ao seu preço comparativamente mais barato que os dos mercados e sua qualidade mais garantida, por se tratar de alimentos orgânicos que são adubados apenas com esterco.

Apesar de serem tarefas lentas e repetitivas de um trabalho artesanal, incomum ao contexto urbano, o programa é responsável pelo resgate da relação do homem com o ciclo da natureza. Utilizando-se de práticas ambientais sustentáveis, as hortas inseridas no contexto urbano têm contribuído para a satisfação pessoal dos participantes e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades (RODRIGUES et al., 2018).

4.3. CONCLUSÕES SOBRE CURITIBA

Os casos analisados demonstraram características condizentes com todos os levantamentos anteriores, tanto em premissas quanto em resultados. É possível constatar tendência de que os fenômenos analisados, embora espalhados pelo Brasil em diversos contextos, possuem marcantes características, em especial a iniciativa comunitária e a localização periférica, características que alinham os fenômenos ao debate teórico da decolonialidade. Justamente, essas áreas periféricas, entendidas dessa maneira a partir das suas “faltas” em relação ao planejamento urbano formal, apresentam-se como terreno fértil para criação de iniciativas insurgentes.

Vale ressaltar que os fenômenos analisados no estudo de campo são amplamente controlados e regulamentados pelo poder público, na forma de regras rígidas de organização. Uma discussão interessante é a de “aceitabilidade” dos fenômenos de permacultura urbana. Seriam hortas urbanas organizadas de forma cartesiana e com regras rígidas de manutenção mais aceitáveis – ou palatáveis – para o planejamento urbano formal? Seriam, portanto, fenômenos distintos com suas próprias caracterizações? Permacultura urbana enquanto política pública apresentando característica morfológica organizada, cartesiana e submetida a regras e permacultura urbana enquanto insurgência decolonial que morfológicamente também desafia essa rigidez.

Um estudo interessante que poderia ser conduzido de forma mais ampla e muito contribuiria para elaboração de políticas públicas é o entendimento da população que participa da permacultura urbana. Alguns dos estudos aqui citados traziam dados nesse sentido, mas como o objetivo deste trabalho não é análise demográfica e esta inevitavelmente seria falha devido à falta de foco, eles foram omitidos.

Tratando dos dados de Curitiba e do Brasil, a produção não é particularmente extensa. Não existem dados disponíveis para algumas cidades, mas foi possível constatar a variedade de áreas do conhecimento que têm a permacultura urbana como objeto de estudo.

Curitiba e Belo Horizonte foram destaques na disponibilidade e organização dos dados por parte da própria prefeitura e, nesta breve análise, são, no universo desse trabalho, os municípios com a política pública de permacultura mais bem desenvolvida e estruturada. Claro, ainda com espaço para melhoria e expansão, mas já existentes e operantes.

Sobre Curitiba, especificamente, os resultados das conversas de campo sobre os objetivos dos produtores demonstram alinhamento com os objetivos relatados em outros municípios e evidenciam o potencial da permacultura como espaço de convivência, terapêutico, de formação de laços sociais e de melhoria da qualidade do espaço.

Em escala micro, conforme relatado nos casos selecionados e mencionado - ainda que de forma anedótica – no estudo de campo, os fenômenos apresentaram efetividade na melhoria da percepção e qualidade do espaço e na produção de relações sociais.

É importante também ressaltar os resultados positivos da experiência curitibana, com demonstrada efetividade das hortas urbanas implantadas para produção de alimentos para as populações locais. A evolução dessa política pública deve ser construída com seus participantes e sua importância deve continuar a ser documentada e reconhecida para garantir a sua manutenção. Cabe um debate sobre a inclusão da permacultura urbana no plano diretor municipal, como um orientador do planejamento urbano. Este debate deve ser cuidadoso no confronto dos dois entendimentos da permacultura urbana: aquele insurgente, anti hegemônico e que se opõe ao colonial e aquele formalizado, da permacultura enquanto política pública submetida ao poder público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as informações coletadas e expostas até aqui sobre os casos concretos de aplicação da permacultura, é possível inferir que, de fato, esses fenômenos possuem potencial demonstrado de alteração da realidade em que estão inseridos, seja do ponto de vista ambiental ou social, tanto na forma informal quanto formalizada. Também é clara a necessidade de seu entendimento enquanto política pública e enquanto fenômeno insurgente.

Essa constatação é importante para diagnosticar de forma honesta as limitações – no ponto de vista da eficiência de uma política pública, que de fato não é o objetivo destes fenômenos - das insurgências urbanas “fortes”, que surgem espontaneamente e através de iniciativa comunitária. É demonstrado que através do suporte técnico e organizacional de governos municipais, as hortas não apenas são mais eficientes em sua produção como acabam por multiplicar-se mais rapidamente. Esses dois fatores em conjunto resultam num maior número de beneficiários dessas iniciativas. Essas características, embora desejáveis dentro da lógica do planejamento urbano formalizado, não são pertinentes e podem até ser contraditórias quando a permacultura urbana é abordada como fenômeno insurgente, decolonial e anti hegemônico que busca discutir formas alternativas de vida.

Outro ponto interessante que pode ser desenvolvido em pesquisas futuras é o entendimento da permacultura urbana como fenômeno periférico. Idealmente, esse entendimento seria desfeito. Claro, populações de renda mais alta que já estão socialmente inseridas no que podemos chamar de “sociedade formal” não necessitam de hortas urbanas como fenômeno social ou de auxílios para manutenção de sua segurança alimentar. Para estas populações, a permacultura urbana poderia tomar ares mais voltados à conservação ambiental e à qualidade dos alimentos. Vale também notar que o binômio periferia-centralidade é necessariamente produto de pensamento colonialista, que caracteriza o outro a partir de suas “faltas”. Essa discussão, portanto, estende-se além da possibilidade de aplicar a permacultura enquanto política pública à populações “centrais” e entra no campo da desconstrução do entendimento colonial de organização do espaço urbano.

É importante notar que a aplicação da permacultura urbana enquanto política pública fortemente controlada pelo estado implica na contradição do entendimento decolonial de soluções locais para problemas locais. Essas aplicações podem falhar

em levar em conta e aproveitar as potencialidades e particularidades de cada inserção e levar à criação de uma reprodução mecânica de modelos sem consideração ou participação das comunidades.

Portanto, embora a abordagem enquanto política pública e a ampla disponibilidade de assistência técnica sejam um caminho possível para a maximização dos resultados da permacultura, é importante sempre ressaltar e reafirmar seu caráter essencialmente contra hegemônico, que busca reavaliar as relações humano-humano, humano-alimentação e humano-natureza. Com isso, como dito acima, não é possível estabelecer um modelo rígido de prática ou gestão dos fenômenos de permacultura que sejam facilmente replicáveis em qualquer lugar. Cada fenômeno, apesar de todas as semelhanças possíveis – e muitas delas foram apresentadas anteriormente – é único e precisa ser tratado e entendido dentro do seu contexto.

Divergências ocorrem sobre a possibilidade real de ocasionar estas mudanças utilizando-se da estrutura do Estado. É importante notar que, sim, abordar permacultura urbana enquanto política pública é uma prática necessariamente reformista e não revolucionária. Não é o objetivo fazer juízo de valor sobre esta constatação.

O fato é que, quando se utilizam métricas desenvolvimentistas tipicamente aplicadas ao planejamento urbano formal, as evidências demonstram que a permacultura urbana enquanto política pública, com forte apoio e controle estatal, demonstram melhores métricas. Também é fato que, devido à sua essência contra hegemônica, a permacultura possui potencial revolucionário, que como qualquer outro, necessita ser construído e pode ser contraditório a uma política estatal.

A dificuldade desta discussão surge na medida que, embora a aplicação estatal da permacultura enquanto política pública possa levar a criação de modelos rígidos e contraditórios à sua característica anti-hegemônica, é evidente que, em perspectivas radicais como o decolonialismo ou o marxismo, a mudança localizada possível a partir de fenômenos de insurgência urbana não é suficiente.

É possível afirmar que fenômenos isolados de permacultura urbana não fazem mais do que, como em Hanke et al (2011), “riscos na superfície do sistema de produção capitalista”. Portanto, não atingem objetivos de grande escala na mudança das relações de produção e consumo, na relação social, na relação pessoa-

alimentação ou nos efeitos deletérios do modo de produção capitalista ao meio ambiente.

Para atingir estes fins, é necessária a ampla adoção da prática de permacultura e do consumo de alimentos produzidos localmente, porém, é importante não direcionar a discussão para a responsabilização individual tipicamente neoliberal, que resulta em forte desmobilização: para problemas coletivos, são necessárias soluções construídas e, principalmente, adotadas coletivamente.

Com isso, o objetivo não é estimular a mudança individual de hábitos de produção e consumo de alimentos, mas sim estabelecer uma cadeia produtiva “paralela” à produção industrial de alimentos, construindo, a partir disso, uma alternativa mais sustentável, tanto do ponto de vista de qualidade nutricional e segurança alimentar, quanto da qualidade e preservação ambiental.

Os dados de Valieri (2012) também confirmam um aspecto importante anteriormente demonstrado por Azam (2019): O resultado do fenômeno não necessariamente é reivindicado de forma premeditada. Azam traz como exemplo o caso de fenômenos como o *slow food*, que se inscreve na matriz decolonial sem necessariamente reivindicá-la. O mesmo acontece em Valieri quando a autora demonstra que todos os participantes que ela entrevistou afirmaram desconhecer o conceito de sustentabilidade e mostraram-se surpresos ao descobrir que sua atividade contribuía para essas iniciativas.

Isso demonstra que a prática não exige inscrição numa matriz teórico-conceitual, ou que, ainda, é possível atingir resultados que estejam alinhados com uma matriz sem conhecimento prévio desta. A matriz, portanto, mais do que função prescritiva, tem função descritiva, de análise dos fenômenos e, principalmente, para possibilitar a ponderação sobre a eficiência e reprodutibilidade de certas práticas.

Dado o contexto exposto neste trabalho, os relatos dos fenômenos analisados, suas dificuldades e seus resultados, é possível portanto inferir que a permacultura demonstra ter potencial senão revolucionário, de alternativa na forma de produção de alimentos, discussão cada vez mais urgente num mundo caracterizado por mudanças climáticas, fraturas sociais e aumento populacional acelerado.

Analisar possibilidades que vão de encontro ao modo de produção capitalista é sempre tarefa complicada que pode muitas vezes parecer ou ser caracterizada como ingenuidade por aqueles que se beneficiam da grosseira acumulação de capital típica

do capitalismo tardio neoliberal, mas a discussão e construção de alternativas é necessária e urgente.

Quanto à relação entre os conceitos, algumas práticas de permacultura discutidas nesta dissertação se aproximam do conceito de insurgência urbana pelos seus atributos de informalidade na sua proposição e manutenção, dentre outras características, pela: 1. Reduzida hierarquia nas relações entre os diversos agentes envolvidos nas implantações das hortas selecionadas, 2. Reduzida participação dessas experiências no modelo ou estrutura de gestão urbana municipal, e 3. Concentração de suas implantações em áreas de menor renda da cidade. Porém, as duas primeiras características não se aplicam aos casos analisados em Curitiba ou a casos fortemente controlados pelo poder público em geral.

Os resultados demonstram potencial, mas ao mesmo tempo seria presunçoso ser categórico ao dizer que a permacultura é a solução para os desafios no suprimento de alimentos que tendem a se intensificar nos próximos anos. Porém, certamente as alternativas que foram construídas até o momento podem informar a discussão, demonstrar potencialidades, evidenciar problemas e nos mostrar o caminho para, se concluirmos que a permacultura não é a solução, encontrarmos e construirmos alternativas viáveis.

Como dito anteriormente, a permacultura urbana não necessariamente insere-se numa matriz teórica, porém essa inserção mostra-se necessária na medida em que políticas públicas são, por óbvio, políticas e não podem furtar-se de posicionamento claro. Mesmo que de abordagem revolucionária ou reformista, é preciso deixar claro que qualquer iniciativa realmente combativa ao neoliberalismo necessariamente parte de posicionamento à esquerda, sendo qualquer apropriação das nossas políticas a transformação de pautas de esquerda em propaganda, como acontece com o *greenwashing*, por exemplo.

De minha perspectiva, não há alternativa ao capitalismo a ser construída dentro da lógica de produção e organização social capitalista: enquanto o acúmulo de capital for o objetivo de toda e qualquer iniciativa, necessariamente nunca teremos uma sociedade orientada em torno de uma vida saudável, de qualidade e harmônica com o ambiente.

Este trabalho, embora não possua grande extensão, foi desafiador. Ele é um amálgama de um raciocínio que foi construído nos últimos dois anos, e que certamente guarda espaço para esclarecer e aprofundar. Discussões sobre mundos

alternativos sempre são delicadas e como dito por Mark Fisher (2020) em seu livro *Realismo Capitalista*, é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo.

Claro, não há a pretensão de esgotar nenhum dos temas aqui expostos numa dissertação, eles são numerosos e complexos. Porém, ao analisar os resultados, creio que o objetivo maior de contribuir, embora de forma pontual, com a discussão do planejamento urbano demonstrando o potencial da permacultura foi atingido. Os resultados poderiam ser mais extensos no que diz respeito aos benefícios ecológicos e sociais da permacultura, debruçando-se, por exemplo, em analisar uma prática específica de permacultura por um longo período, mas essa deficiência não invalida o resultado aqui apresentado, apenas demonstra seu potencial de desenvolvimento em novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.; Extrativismo e neoextrativismo. In: LANG, M.; DILGER, G.; NETO, J. P.; **DESCOLONIZAR O IMAGINÁRIO** - Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 46-85.

ARAÚJO, A. S.; **O planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis**: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e Belo Horizonte, Brasil. URBANA: REVISTA ELETRÔNICA DO CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE A CIDADE, v. 8. n. 2, mai-ago 2016, p. 190-209.

ARAUJO, E.F., FUCK, M, P.; Agricultura urbana em Curitiba: um fenômeno heterogêneo e desigual. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 39, n. 2, p. 1-22, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1146900/1/Agricultura-urbana-em-Curitiba.pdf>

AZAM, G.; Decrescimento. In: SOLÓN, P.; **ALTERNATIVAS SISTÊMICAS** - Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 65-83.

BAO, C. E.; **A emergência decolonial** - Ciências Sociais e a crise epistêmica da “Modernidade”. TEMPO DA CIÊNCIA, Toledo, v. 27. n. 53, jan. / jun. 2020, p. 30-45.

BEM PARANÁ; Curitiba Ganha a 116ª horta urbana na regional Boqueirão. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/curitiba-ganha-a-116a-horta-urbana-na-regional-boqueirao/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BORGES, A.R.C.; **Permacultura urbana**: investigando as representações sociais em práticas permaculturais na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BRANCO, M. C., ALCÂNTARA, F. A.; **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?**. Horticultura Brasileira [online]. 2011, v.29 n.3 [Acessado 18 Junho 2022], pp. 421-428. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>. Epub 07 Nov 2011. ISSN 1808-9991. <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>.

BRAND, U., WISSEN, M.; **MODO DE VIDA IMPERIAL** - sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global.

CICLOVIVO; Curitiba já tem 100 hortas urbanas com apoio da prefeitura. 2021. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/curitiba-100-hortas-urbanas-prefeitura/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

COMITRE, F.; **SUSTENTABILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS**: as potencialidades das hortas urbanas em curitiba e pinhais (pr). Revista Mundi Sociais e Humanidades (Issn: 2525-4774), [S.L.], v. 4, n. 1, p. 1-29, 13 ago. 2019. Revista Mundi. <http://dx.doi.org/10.21575/25254774rmsh2019vol4n1689>.

DA COSTA, B. F. M., SAKURAI, T.; **A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo**: Estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. Revista LABVERDE, São Paulo, v. 11. n. 01, 2021, p. 171-195. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.188679>

CURITIBA; Agricultura Urbana. 2023 a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/agricultura-urbana/714>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CURITIBA; Hortas Comunitárias Urbanas. 2023 b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/hortas-comunitarias-urbanas/107>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CURITIBA; Hortas comunitárias do Tatuquara beneficiam 2,2 mil pessoas. 2017. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/hortas-comunitarias-do-tatuquara-beneficiam-22-mil-pessoas/42714>. Acesso em: 02 fev. 2023

CURITIBA; Regional Tatuquara cresce com obras e serviços da Prefeitura. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/regional-tatuquara-cresce-com-obras-e-servicos-da-prefeitura/62140>. Acesso em: 02 fev. 2023

DE MESENTIER, L. M., MOREIRA, C.C.; **Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 16. n. 1, mai. 2020, p. 35-50.

FERREIRA NETO, D.N.; **Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2017.

FISHER, M. **Realismo Capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTES, A. S., GALARCE, F. E., DO VALLE, L. M., MOTTA, V. F., FARIA, T. S.; **Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: O caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro**. arq.urb, São Paulo, n. 23, 2018, p. 147-169.

G1; DF mantém maior índice nacional de pessoas com nível superior. 2020. Disponível em : <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/15/df-mantem-maior-indice-nacional-de-pessoas-com-nivel-superior.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GEFAU; **Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias da Agricultura Urbana de Belo Horizonte, MG**. Belo Horizonte, 2022.

HALDER, S. J. B., MENDONÇA, M. M., MONTEIRO, D.; **Agricultura urbana: natural aqui do Rio de Janeiro**. 2011.

HANKE, D., BIESEK, M. F., WINCK, B. R., DA SILVA, R. W.; **Hortas urbanas agroecológicas sob linhas de transmissão de energia e o fortalecimento de organizações sociais na região sul do município de Curitiba, PR.** Curitiba, 2011.

HARVEY, D.; **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D.; **17 CONTRADIÇÕES E O FIM DO CAPITALISMO.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HOLMGREN, D.; **PERMACULTURA:** princípios y senderos más allá de la sustentabilidade. Hepburn, Austrália: Holmgren Design Services, 2004.

HOLMGREN, D.; **OS FUNDAMENTOS DA PERMACULTURA.** Hepburn, Austrália: Holmgren Design Services, 2007.

IPPUC; Equipamentos Urbanos. 2022. Disponível em <https://www.ippuc.org.br/seuc/equipamentosurbanos.html>. Acesso em 30 nov. 2022.

KOPENAWA, D., ALBERT, B.; **A QUEDA DO CÉU** - Palavras de um xamã yanomami. 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LANG, M.; Alternativas ao desenvolvimento. In: LANG, M.; DILGER, G.; NETO, J. P.; **DESCOLONIZAR O IMAGINÁRIO** - Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 25-44.

LERNER, J.; **Acupuntura Urbana.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

LÓ, M. A.; **A História da Permacultura:** A virada ecológica. Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 2018.

MAGRINI, R.V.; **Permacultura e Soluções Urbanas Sustentáveis.** Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

MAZIVIEIRO, M., ROSA, M. L.; **Prática Insurgente**: Ferramenta para ampliação do processo tradicional de planejamento urbano. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional — Enanpur, Natal, Brasil, 2019.

MOLLISON, B., HOLMGREN, D.; **Permacultura 1** - Uma agricultura permanente nas comunidades em geral. São Paulo, Ground, 1979.

NASCIMENTO I., ULTRAMARI, C.; (2019). **Das Insurgências urbanas**: Ouvidor63, São Paulo, Brasil. *Papeles de Coyuntura* 46, 228-261. Recuperado de: <http://repository.unipiloto.edu.co/handle/20.500.12277/9011>

NOPES, A.; **Eurocentrismo e o projeto de modernização do Brasil**: uma análise sociológica a partir da fala dos engenheiros professores da UFSC (1960-1980). Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PEREIRA, J. L.; **Hortas Urbanas Comunitárias em Brasília**. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília. Planaltina, 2015.

RODRIGUES, A.P.S. et. al.; Movimentos a favor da agricultura urbana em Curitiba – Paraná e a constituição de práticas de ensino ambientais/educativas. 2018. Disponível em: <https://www.revistaeea.org/pf.php?idartigo=3211>

ROY, A.; **Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning**. Journal of the American Planning Association, 71:2, 2005. p.147-158.

SANDLER, D.; **A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura**. Revista Arquitetura e Urbanismo, 23, 2018, 95-116. <https://www.usjt.br/arq.urb/numero-23/6-daniela-sandler.pdf>

SIVIERO, A., DELUNARDO, T.A., HAVERROTH, M., DE OLIVEIRA, L.C., MENDONÇA, A.M.S.; **Cultivo de espécies alimentares em quintais urbanos de Rio Branco, Acre, Brasil**. ACTA BOTANICA BRASILICA, v. 25. n. 3, 2011, p. 549-556.

SOUZA, J. S., CARDOSO, R. C. V., PARAGUASSÚ, L. A. A., SANTOS, S. F.; **The experience of community urban gardens: Social organization and food security.** Rev Nutr. 2019; 32:e180291. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180291>

TURINIČOVÁ, Z.; **Back to Local Food in Urban Environment.** Ethnologia Actualis. 2014, v. 14, n. 1, [Acessado 20 de Novembro 2021], pp. 95-111. Disponível em: <https://sciendo.com/pdf/10.2478/eas-2014-0006>.

VALE DO PINHÃO; Agricultura Urbana de Curitiba vence o prêmio LATAM Smart City 2022. 2022. Disponível em: <http://www.valedopinhao.com.br/agricultura-urbana-de-curitiba-vence-o-premio-latam-smart-city-2022/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

VALIERI, T. S. D.; **Agricultura urbana em Curitiba: O caso do Loteamento Vitória Régia.** Monografia (especialização em Construções Sustentáveis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

WINNER, L.; **Do artifacts have politics?** *Daedalus*, vol. 109, no. 1, 1980, pp. 121–36. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/20024652>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ANEXO

Quadro 6 - Horta da Dona Sebastiana

Gestão/Organização	Familiar, com apoio de ONG
Localização	São Mateus, zona leste (área periférica)
Característica da área	Abaixo de linha de alta tensão, contrato de comodato com Enel Brasil
Formalidade	Informal
Capacitação	Sim
Assistência técnica	Não explicitado, aparenta não possuir processo continuado de assistência técnica
Objetivo	Autoconsumo, comercialização em feiras

Fonte: da Costa e Sakurai (2021)

Quadro 7 - Agro Favela-Refazenda

Gestão/Organização	Administrada por lideranças comunitárias, com apoio de empresas como Sodexo e City Farm
Localização	Paraisópolis (área periférica)
Característica da área	Antigo estacionamento do pavilhão G10 Favelas. Plantio não realizado diretamente no solo.
Formalidade	Formal (iniciativa privada)
Capacitação/Assistência técnica	“Apesar de se autodeclarar comunitária, a horta é cuidada atualmente por um grupo restrito de funcionários especializados. A participação das mulheres da comunidade ocorre por turnos através da colheita e por meio da recepção de doações de mudas e insumos, além de oficinas sobre plantio realizado pelos funcionários” (DA COSTA, SAKURAI, 2021, p. 186)
Objetivo	Enfoque na capacitação e incentivo ao cultivo urbano para mulheres em situação de vulnerabilidade, com objetivo de gerar

	complemento de renda familiar através da comercialização de excedentes.
--	---

Fonte: da Costa e Sakurai (2021)

Quadro 8 - Horta Popular Criando Esperança

Gestão/Organização	Comunitária
Localização	Vila Nova Esperança, Zona Oeste (área periférica)
Característica da área	Terreno cedido pela SABESP através de parceria
Formalidade	Informal
Capacitação/Assistência técnica	Não. Porém, há apoio na forma editais públicos para remuneração dos moradores responsáveis pela gestão do projeto. O processo de capacitação é feito através da troca de conhecimento pelos próprios moradores.
Objetivo	Comercialização dos alimentos para moradores, garantindo segurança alimentar e renda para a comunidade. Funciona também como centro de educação ambiental.

Fonte: da Costa e Sakurai (2021)

Quadro 9 - Parque Sitiê

Gestão/Organização	Comunitária, trabalhadores voluntários
Localização	Favela do Vidigal (área periférica)
Característica da área	Área de mata nativa degradada pelo descarte irregular de resíduos, foi recuperada pela comunidade. Recebeu título de primeira agroflorestal urbana do Rio de Janeiro em 2012.
Formalidade	Informal
Capacitação	Já houveram iniciativas, sempre por parte da própria comunidade
Assistência técnica	Possuía um responsável técnico, o arquiteto Pedro Henrique de Cristo, que posteriormente afastou-se do projeto

Objetivo	Conservação da área verde da comunidade, principalmente. Há a intenção de utilizar o espaço como área educacional, porém a precariedade da infraestrutura representa dificuldade nesse sentido.
----------	---

FONTE: Fontes et al (2018)

Quadro 10 - Horta General Glicério

Gestão/Organização	Comunitária, trabalhadores voluntários
Localização	Laranjeiras
Característica da área	Lote privado de 150m2 com permissão informal de ocupação
Formalidade	Informal
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Há um paisagista entre os moradores da comunidade, mas não há apoio do poder público.
Objetivo	Autoconsumo da comunidade. A intenção principal da implantação foi utilizar um espaço ocioso como área de convívio.

FONTE: Fontes et al (2018)

Quadro 11 - Horta 416 Norte

Gestão/Organização	Comunitária – Coletivo 416 Norte
Localização	SQN 416 – Extremo da Asa Norte
Característica da área	Utiliza espaços públicos da vizinhança
Formalidade	Informal
Capacitação	Não
Assistência técnica	Não. Em direções opostas, há denúncias de uso irregular do solo e riscos à saúde pública, mas também o surgimento de um grupo de trabalho de um projeto piloto de hortas nas superquadras brasilienses.
Objetivo	Autoconsumo, distribuído entre os participantes

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 12 - Horta 713 Norte

Gestão/Organização	Comunitária, criada por uma iniciativa familiar, acabou estendendo-se à comunidade
Localização	SQN 713 – Extremo da Asa Norte
Característica da área	Utiliza espaços públicos da vizinhança
Formalidade	Informal
Capacitação	Não
Assistência técnica	Não
Objetivo	Não especificado

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 13 - Horta 312 Norte

Gestão/Organização	Sistema agroflorestal criado por um grupo de acadêmicos de Ciências Ambientais e Biologia e a comunidade
Localização	SQN 312 – próximo ao ponto médio da Asa Norte
Característica da área	Utiliza espaços públicos da vizinhança
Formalidade	Informal
Capacitação	Não especificado
Assistência técnica	Os participantes originais são acadêmicos de áreas relacionadas
Objetivo	Produtos distribuídos entre os participantes

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 14 - Horta 206 Norte

Gestão/Organização	Sistema agroflorestal criado pelos moradores da vizinhança
Localização	SQN 206 – próximo ao ponto médio da Asa Norte
Característica da área	Utiliza espaços públicos da vizinhança
Formalidade	Informal
Capacitação	Sim, através de oficinas e cursos realizados pela própria comunidade

Assistência técnica	Sim, através de parceiros como EMATER, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, NOVACAP e Administração da Asa Norte
Objetivo	Produtos distribuídos entre os participantes, o objetivo do projeto é “fortalecer o envolvimento comunitário” (PEREIRA, 2015, p. 47)

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 15 - Horta 606 Norte

Gestão/Organização	GAIA – Grupo Ambientalista de Interface Agroflorestal, grupo de estudantes da UNB
Localização	SQN 606– próximo ao ponto médio da Asa Norte
Característica da área	Área de convívio externa do Instituto Central de Ciências Sul
Formalidade	Formal
Capacitação	O projeto é enquadrado como projeto de extensão pela UNB
Assistência técnica	Os participantes originais são acadêmicos de áreas relacionadas
Objetivo	Produtos distribuídos entre os participantes

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 16 - Horta 708 Sul

Gestão/Organização	Sistema agroflorestal criado por um grupo de acadêmicos de Ciências Ambientais e Biologia e a comunidade
Localização	SQS 708 – próximo ao ponto médio da Asa Sul
Característica da área	Área interna à Faculdade IESPLAN
Formalidade	Formal
Capacitação	Disponibilização de palestras e oficinas à comunidade
Assistência técnica	Os participantes originais são acadêmicos de áreas relacionadas

Objetivo	Gestão de resíduos, melhoria da qualidade do espaço e responsabilidade social
----------	---

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 17 - Horta 114 Sul

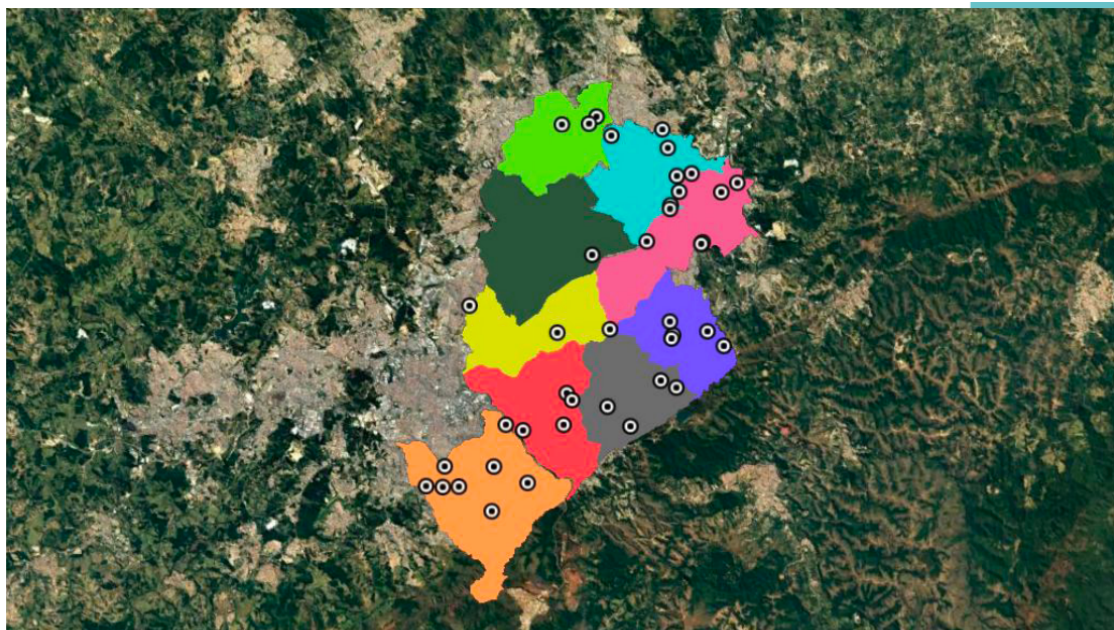
Gestão/Organização	Comunitária
Localização	SQS 114 – extremo da Asa Sul
Característica da área	Utiliza o espaço de um parque infantil abandonado ao lado de uma escola
Formalidade	Informal
Capacitação	Existem ações de educação ambiental com os alunos da escola vizinha
Assistência técnica	Houve instrução com funcionário da EMBRAPA para início do projeto
Objetivo	Produtos distribuídos entre os participantes

FONTE: Pereira, 2015

Quadro 18 - Salvador

Gestão/Organização	40% iniciativa comunitária, 40% poder público e 20% iniciativa de organizações religiosas
Localização	80% na cidade baixa (bairros periféricos)
Característica da área	80% utilizam áreas cedidas sem o devido processo legal
Formalidade	Não há dados específicos sobre a participação posterior do poder público nos 60% dos casos que surgiram a partir da iniciativa comunitária ou de grupos religiosos.
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Não há
Objetivo	Dos participantes, 80% declararam autoconsumo, 60% doação e 40% comercialização

Fonte: Souza et al (2019)



localização das unidades produtivas nas regionais de Belo Horizonte

Fonte: Google Earth. Data da imagem: dezembro/2020

regionais:

 Barreiro	 Centro-sul	 Leste
 Oeste	 Nordeste	 Noroeste
 Norte	 Pampulha	 Venda Nova

Figura 18 - Localização das unidades de permacultura em Belo Horizonte

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 19 - Horta Comunitária Jardim Castanheiras

Gestão/Organização	Comunitária
Localização	Regional Barreiro
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Informal
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Não há
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, terapia, lazer e fins medicinais

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 20 - Horta Esperança

Gestão/Organização	Comunitária
Localização	Regional Centro-Sul
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Possui parceria com a UEMG e a URBEL/PBH
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Não especificado
Objetivo	Autoconsumo, doação, terapia, lazer e fins medicinais

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 21 - Horta Comunitária do Pompeia

Gestão/Organização	Comunitária
Localização	Regional Leste
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Informal
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Participa de rede ou grupo relacionado à agricultura urbana e agroecologia
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, ensino, terapia, lazer, fins medicinais, união e fortalecer laços de convivência

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 22 - CEVAE Morro das Pedras

Gestão/Organização	Municipal
Localização	Regional Oeste
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Formal – criada a partir do programa CEVAE, que busca promover o desenvolvimento das comunidades por meio de intervenções socioambientais
Capacitação	Não há

Assistência técnica	Participa de rede ou grupo relacionado à agricultura urbana e agroecologia
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, ensino, pesquisa, terapia e fins medicinais

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 23 - CEVAE Capitão Eduardo

Gestão/Organização	Municipal
Localização	Regional Nordeste
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Formal – criada a partir do programa CEVAE, que busca promover o desenvolvimento das comunidades por meio de intervenções socioambientais
Capacitação	Participa ou realiza processos de educação ou capacitação
Assistência técnica	Não informado
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, lazer e fins medicinais

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 24 - CEVAE Coqueiros

Gestão/Organização	Municipal
Localização	Regional Noroeste
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Formal – criada a partir do programa CEVAE, que busca promover o desenvolvimento das comunidades por meio de intervenções socioambientais
Capacitação	Participa ou realiza processos de educação ou capacitação
Assistência técnica	Participa de rede ou grupo relacionado à agricultura urbana e agroecologia

Objetivo	Autoconsumo, terapia e comercialização
----------	--

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 25 - Horta Comunitária do Esperança

Gestão/Organização	Comunitária
Localização	Regional Norte
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Informal – Horta em área de ocupação
Capacitação	Não há
Assistência técnica	Participa de rede ou grupo relacionado à agricultura urbana e agroecologia
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, terapia, fins medicinais e prática espiritual-religiosa

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 26 - Agrofloresta do Brejinho

Gestão/Organização	Comunitária – Coletivo Taboa
Localização	Regional Pampulha
Característica da área	Sem informação
Formalidade	Informal
Capacitação	Participa ou realiza processos de educação ou capacitação
Assistência técnica	Sem informação
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, ensino, pesquisa, terapia, lazer, fins medicinais, prática espiritual-religiosa, reocupar o parque com agroecologia, cura, saúde e revitalização do espaço.

Fonte: GEFAU, 2022

Quadro 27 - CEVAE Serra Verde

Gestão/Organização	Municipal
Localização	Regional Venda Nova

Característica da área	Sem informação
Formalidade	Formal – criada a partir do programa CEVAE, que busca promover o desenvolvimento das comunidades por meio de intervenções socioambientais
Capacitação	Participa ou realiza processos de educação ou capacitação
Assistência técnica	Não informado
Objetivo	Autoconsumo, comercialização, doação, terapia e lazer

Fonte: GEFAU, 2022